



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 18ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/3/2012

Presidência dos Deputados José Henrique e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 16/2012 (encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 24/2012), do Presidente do Tribunal de Contas - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2012 - Projetos de Lei nºs 3.018 a 3.021/2012 - Requerimentos nºs 2.749 a 2.754/2012 - Requerimento da Comissão de Saúde - Proposições Não Recebidas: Requerimento do Deputado Doutor Viana - Comunicações: Comunicação do Deputado Ivair Nogueira - Questão de Ordem - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Célio Moreira, Fred Costa, João Vítor Xavier e Antônio Carlos Arantes - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Questão de ordem - Inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Adalever Lopes - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Célio Moreira, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

**“OFÍCIO Nº 16/2012*”**

Belo Horizonte, 20 de março de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submeto à aprovação dessa augusta Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 65, “caput”, e § 2º, IV, da Constituição Estadual de 1989, o projeto de Lei Complementar a seguir anexado, acompanhado da devida exposição de motivos, versando sobre a regulamentação do instituto da prescrição no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Sob a ótica dos princípios da razoável duração do processo e da segurança jurídica, previstos na Constituição Estadual de 1989, busca-se instituir um terceiro prazo prescricional, correspondente ao lapso de 10 (dez) anos, a ser considerado da ocorrência da primeira causa interruptiva da prescrição até o trânsito em julgado da decisão de mérito.

Tal medida, para além de relevante, mostra-se necessária, porquanto o veto à redação do art. 110-G da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 102/2008), na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 08/2011 (originou a Lei Complementar nº 120/2011), redundou na incompletude e incongruência do texto normativo, ensejando dúvidas quanto à aplicação do instituto nos operadores do direito e nos órgãos ou entidades submetidas à jurisdição do Tribunal de Contas.

Certo da colaboração de V. Exa., renovo a expressão de meu apreço.

Conselheiro Antônio Carlos Doorgal de Andrada, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Projeto de Lei Complementar possui como principal objetivo promover a integridade da disciplina do instituto da prescrição no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

A regulamentação da matéria, no TCE/MG, teve início com a apresentação do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 08/2011, o qual originou a Lei Complementar nº 120/2011.

Quando o PLC nº 08/2011 foi submetido à apreciação do Poder Executivo, previa, em dispositivos da Lei Orgânica do TCE/MG, três prazos prescricionais distintos, incidentes sobre a pretensão punitiva do Órgão, a saber: a) cinco anos, contados da data de ocorrência do fato (art. 110-E¹); b) cinco anos, quando, durante esse período ou em período superior, a tramitação do processo ficar paralisada em um mesmo setor (art. 110-F²); e c) cinco anos, contados da data de interrupção da prescrição até o trânsito em julgado da decisão de mérito (art. 110-G³).

No entanto, o Poder Executivo vetou a redação apresentada ao art. 110-G da Lei Orgânica do TCE/MG, argumentando, dentre outros motivos, que o prazo de cinco anos é exíguo para o exercício do poder-dever constitucional do controle externo, não se amoldando à realidade fática do TCE/MG.

Esclarece-se que, embora o veto tenha sido oportuno e imprescindível, na medida em que o prazo de cinco anos é inadequado para a Corte de Contas mineira - com todo rigor técnico e após analisar a atuação de gestores e administradores no trato com a coisa pública - encerrar sua missão constitucional por meio de decisão colegiada, há que se reconhecer, também, que o veto deixou uma lacuna na Lei Orgânica do TCE/MG, referente à regulamentação da prescrição no período entre a ocorrência da sua primeira causa interruptiva e o trânsito em julgado da decisão de mérito.

Portanto, em razão da lacuna existente na Lei, o processo, cujo impulso cabe preponderantemente a esta Corte de Contas, poderia tramitar durante anos, sem qualquer solução, o que inequivocamente fere os princípios da razoável duração do processo e da segurança jurídica.

Nessa esteira, destaca-se que a necessidade de se regulamentar a prescrição na situação ora narrada deverá ser considerada sob a ótica dos responsáveis por órgãos ou entidades submetidas à jurisdição do TCE/MG, na medida em que impedirá que esses responsáveis fiquem indefinidamente sujeitos à aplicação de sanção, em virtude da atuação morosa do Órgão, e sob a ótica do próprio TCE/MG, na medida em que exigirá, de um lado, a condução dos processos em tempo razoável, e, de outro, a implantação de instrumentos de controle mais eficientes e céleres.

Assim, com a finalidade de conciliar os princípios da razoável duração do processo e da segurança jurídica com o poder-dever de fiscalização, e levando em consideração a realidade fática deste Órgão, propõe-se, por meio da alteração do art. 110-F da Lei Orgânica do TCE/MG, a adoção do prazo prescricional de 10 (dez) anos, para delimitar a pretensão punitiva do TCE/MG no período entre a ocorrência da primeira causa interruptiva da prescrição e o trânsito em julgado da decisão de mérito.

Além da proposta acima descrita, com o intuito de aperfeiçoar a redação de dispositivos e de reduzir a possibilidade de interpretações conflitantes da norma, o presente Projeto de Lei Complementar abrange outras modificações da Lei Orgânica do TCE/MG, quais sejam:

a) parágrafo único do art. 110-A: sugeriu-se a inserção da figura do “responsável” como legitimado para requerer o reconhecimento da prescrição, considerando que aquele, juntamente com o interessado, é considerado parte de um processo, nos termos do art. 163 do Regimento Interno do TCE/MG (Resolução nº 12/2008);

b) art. 110-C: buscou-se esclarecer que a interrupção da prescrição, pela ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no parágrafo único, incide sobre o prazo previsto no art. 110-E (prazo prescricional de cinco anos, cujo termo inicial é a data de ocorrência do fato);

c) art. 110-F: c.1) em relação ao “caput”, a redação proposta visa a informar aos destinatários da norma que, uma vez interrompida a prescrição, começará a contagem dos prazos prescricionais previstos nos incisos I e II do referido artigo; c.2) em relação ao inciso I, a redação proposta visa a elucidar que a paralisação da tramitação do processo ensejará a prescrição da pretensão punitiva, quando ocorrer por período igual ou superior a cinco anos, bem como visa a conferir legitimidade ao TCE/MG para editar ato normativo interno que regulamentará a incidência dessa prescrição; c.3) em relação ao inciso II, a redação proposta visa a inserir, no âmbito do



TCE/MG, o prazo prescricional de 10 (dez) anos, pelos motivos acima relatados; e c.4) em relação ao parágrafo único, a redação proposta visa a deixar de condicionar a instauração de processo administrativo disciplinar à edição de lei específica⁴, considerando que tal processo encontra guarida nas normas contidas na Lei Estadual nº 869/1952 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais) e na Lei Estadual nº 14.184/2002 (“Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual”); e

d) art. 110-J: a inserção desse dispositivo na Lei Orgânica do TCE/MG visa a impedir interpretação equivocada acerca da natureza jurídica da decisão que reconhece a prescrição ou a decadência; a redação apresentada para o dispositivo tomou como base o art. 269, IV, do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 5.869/1973), o qual se aplica subsidiariamente aos processos do TCE/MG, por força do art. 379 do Regimento Interno.

Feitas essas considerações, ressalta-se que, a partir do Projeto ora apresentado, o TCE/MG oferecerá aos jurisdicionados e a todo o povo mineiro uma atividade de controle externo com maior qualidade, efetividade, celeridade e eficiência, motivo pelo qual se espera o apoio de todos na sua aprovação.

Conselheiro Antônio Carlos Doorgal de Andrada, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

¹ Art. 110-E - Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas, considerando-se como termo inicial para contagem do prazo a data de ocorrência do fato.

² Art. 110-F - A pretensão punitiva do Tribunal de Contas prescreverá quando a paralisação da tramitação processual do feito, em um setor, ultrapasse o período de cinco anos.

(...)

³ Art. 110-G - A pretensão punitiva do Tribunal de Contas prescreverá em cinco anos, contados da data de interrupção da prescrição, desde que não tenha havido decisão de mérito irrecurável.

4 Na redação hoje vigente, a Lei Orgânica do TCE/MG, no parágrafo único do art. 110-F, prevê que o processo administrativo disciplinar, a ser instaurado em face de agentes que supostamente deram causa à paralisação injustificada da tramitação do processo, será regulamentado em lei específica, conforme abaixo transcrito:

Art. 110-F - (...)

Parágrafo único - Os agentes que derem causa à paralisação injustificada poderão ficar sujeitos à aplicação de sanções mediante processo administrativo disciplinar, regulamentado em lei específica.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24/2012

Altera a Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008: 1) modifica o parágrafo único do art. 110-A, o art. 110-C, e o art. 110-F, com as redações conferidas pela Lei Complementar nº 120, de 15/12/2011; e 2) acrescenta o art. 110-J.

Art. 1º - O parágrafo único do art. 110-A, o art. 110-C, o art. 110-E e o art. 110-F da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, com as redações conferidas pela Lei Complementar nº 120, de 15/12/2011, passam a vigorar nos seguintes termos:

“TÍTULO V-A

DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 110-A - (...)

Parágrafo único - O reconhecimento da prescrição e da decadência poderá dar-se de ofício pelo relator, mediante provocação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ou requerimento do responsável ou interessado.

CAPÍTULO II

DA PRESCRIÇÃO

(...)

Seção I

Das causas que interrompem ou suspendem a prescrição

Art. 110-C - São causas interruptivas da prescrição quaisquer atos do Tribunal de Contas que denotarem o exercício de sua pretensão fiscalizatória.

Parágrafo único - Consideram-se atos de exercício de pretensão fiscalizatória, para fins de interrupção do prazo prescricional de que trata o art. 110-E desta Lei:

I - despacho ou decisão que determinar a realização de inspeção cujo escopo abranja o ato passível de sanção a ser aplicada pelo Tribunal de Contas;

II - autuação de feito no Tribunal de Contas nos casos de prestação e tomada de contas;



- III - autuação de feito no Tribunal de Contas em virtude de obrigação imposta por lei ou ato normativo;
 - IV - instauração de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas;
 - V - despacho que receber denúncia ou representação; ou
 - VI - citação válida.
- (...)

Seção II

Dos prazos da prescrição

- (...)
- Art. 110-F - Interrompida a prescrição da pretensão punitiva, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no parágrafo único do art. 110-C, começará a ser contado o prazo prescricional de:
- I - cinco anos, quando, durante esse período ou em período superior, a tramitação do processo ficar paralisada em um setor, na forma do disposto em ato normativo próprio; e
 - II - 10 (dez) anos, considerando-se como termo inicial a ocorrência da primeira causa interruptiva da prescrição e como termo final o trânsito em julgado da decisão de mérito.
- Parágrafo único - Os agentes que derem causa à paralisação injustificada da tramitação do processo, nos termos do inciso I, poderão ficar sujeitos à aplicação de sanções mediante processo administrativo disciplinar.”.
- Art. 2º - Fica acrescido o art. 110-J no Capítulo IV do Título V-A da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, nos seguintes termos:

“TÍTULO V-A

DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

(...)

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÃO FINAL

- (...)
- Art. 110-J - O processo será extinto com resolução de mérito quando for reconhecida a prescrição ou a decadência.”.
- Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”
- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.
- * - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

- O Sr. Presidente – A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.
- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 33/2012

- Acrescenta o § 4º ao art. 18 da Constituição do Estado.
- A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:
- Art. 1º - O art. 18 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte § 4º:
- “Art. 18 – (...)
- § 4º - A alienação do controle acionário ou qualquer tipo de venda, alienação doação ou permuta de valores imobiliários de empresa pública ou sociedade de economia mista que excedam a 5% (cinco por cento) do seu capital social depende de prévia autorização legislativa.
- Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.
- Sala das Reuniões, 22 de março de 2012.
- Alencar da Silveira Jr. - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Anselmo José Domingos - Antônio Júlio - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - João Vítor Xavier - José Henrique - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Marques Abreu - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Tenente Lúcio.
- Justificação: A autorização legislativa de que trata esta proposta de emenda à Constituição se faz necessária para garantir a transparência dos negócios em questão, eis que envolvem o patrimônio público. Assim, faz-se necessária a autorização, independentemente do valor do imóvel, mesmo quando não envolver valores, como no caso de permuta.
- Todavia, nas negociações envolvendo valores imobiliários (ações) pertencentes às empresas públicas e sociedades de economia mista, que também são patrimônio público, uma vez que são controladas pelo Estado, a cautela não é adotada.



Ora, se nas alienações de imóveis é exigida a autorização sem cogitar os valores, mas tão somente por se tratar de negócio envolvendo o patrimônio público, mais necessária seria na alienação de ações, quer sejam ordinárias, quer preferenciais, por ser negócio que envolve somas vultuosas.

Nesse sentido, busca esta proposta de emenda à Constituição aumentar as cautelas que cercam as negociações envolvendo valores imobiliários de propriedade do Estado, determinando que alienações ou permutas que ultrapassem 5% do capital social das empresas e sociedades de economia mista controladas pelo Estado devam ser apreciadas e decididas pela Assembleia Legislativa.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial para emitir parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.018/2012

Declara de utilidade pública a Casa de Apoio e Recuperação Desafio Jovem Casa do Oleiro, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Casa de Apoio e Recuperação Desafio Jovem Casa do Oleiro, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

Sala das Reuniões, 22 de março de 2012.

Celinho do Sintrocel

Justificação: A Casa de Apoio e Recuperação Desafio Jovem Casa do Oleiro realiza trabalho essencial à saúde e à vida dos moradores de Coronel Fabriciano, especialmente os que, vítimas de dependência química, necessitam de tratamento e acompanhamento.

A entidade tem o intuito de fornecer ajuda e abrigo aos dependentes e de prestar-lhes orientação, por meio de cursos, palestras e seminários voltados à prevenção e ao combate ao uso de drogas.

Por essas razões, faz-se necessário que a entidade receba o título de utilidade pública, que lhe dará a possibilidade de ampliar os serviços de assistência social nas comunidades do Município de Coronel Fabriciano.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.019/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Amparo e Recuperação de Dependentes Químicos de Raposos, com sede no Município de Raposos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amparo e Recuperação de Dependentes Químicos de Raposos, com sede no Município de Raposos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2012.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover a prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas, o acolhimento e tratamento de dependentes químicos, o acompanhamento e a orientação de egressos do sistema prisional visa também promover atividades sociais de orientação a famílias em situação de risco ou violência e a assistência social, de um modo geral, a jovens e adultos, de acordo com as necessidades.

No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção alguma quanto a religião, cor, sexo ou condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que a referida associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.020/2012

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Hosana Jah, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Hosana Jah, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2012.

Sargento Rodrigues

Justificação: A Associação Comunitária Hosana Jah, fundada em 2/12/2009, é uma entidade assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que adota os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade,

economicidade e eficiência, com duração por tempo indeterminado. A entidade funciona com sede e foro na Rua Itarema, nº 59, Bairro São Cosme de Cima, em Santa Luzia.

A Associação Comunitária Hosana Jah tem por objetivo básico, entre outros, combater a fome e a pobreza; propiciar moradia digna por meio de programas comunitários habitacionais; patrocinar ações de proteção, habilitação, reabilitação e integração a vida comunitária de pessoas com deficiência e implementar cursos técnicos e faculdades a distância.

A referida entidade, pelo que se infere da leitura dos documentos anexados ao processo, está em pleno e regular funcionamento desde 2010, sendo a sua diretoria constituída de membros de reconhecida idoneidade moral, nada constando que desabone a conduta dos mesmos. Outrossim, a entidade não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma. Assim, por preencher os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto ora apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.021/2012

Declara de utilidade pública o Clube Recreativo de Mário Campos - CRMC -, com sede no Município de Mário Campos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube Recreativo de Mário Campos - CRMC -, com sede no Município de Mário Campos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2012.

Ivair Nogueira

Justificação: O Clube Recreativo de Mário Campos - CRMC -, com sede no Município de Mário Campos, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, legalmente constituída, que tem por finalidade promover a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, a prática de futebol de campo e de salão, voleibol, basquete, atletismo, natação e outras modalidades, masculino e feminino nas categorias adulto, juvenil e infantojuvenil. Visa ainda promover e executar projetos, programas e planos de ação de interesse social, firmar convênios com associações congêneres, autarquias federais, estaduais e municipais e trabalhar para melhoria de vida da comunidade mario-campense.

Conforme documentação apresentada, entendemos que a referida entidade atende aos requisitos da legislação em vigor, especialmente da Lei nº 12.972, de 27/7/98, alterada pela Lei nº 15.430, de 3/1/2005.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.749/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Fernando Coura por sua eleição para o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração. (- À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 2.750/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Planejamento, por ter sido agraciada com o Prêmio Guerreiro Ramos de Gestão Pública, concedido pelo Conselho Federal de Administração. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.751/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais pelos 40 anos de sua fundação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.752/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja encaminhado à Anatel pedido de providências para que seja vedada a fixação, por parte das operadoras de telefonia móvel, de prazo de validade para a recarga de celulares pré-pagos. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 2.753/2012, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata pedido de providências com vistas à realização de estudos para avaliar a necessidade da revisão do licenciamento ambiental concedido à empresa Eco Fire Tratamento de Resíduos Ltda. no Município de Simão Pereira. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.754/2012, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações relativas aos servidores da Cidade Administrativa demitidos em 31/10/2011 e aos servidores de recrutamento amplo contratados com base em lei delegada em 2010 e 2011.

Da Comissão de Saúde em que solicita a realização de ciclo de debates para debater a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, dando-se início, na oportunidade, à coleta oficial de assinaturas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular estabelecendo o investimento de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Proposições Não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:



REQUERIMENTO

Do Deputado Doutor Viana em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. José Fernando Coura, Presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais, por sua eleição para o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração.

Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Ivair Nogueira.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, apenas gostaria de comunicar que aquele requerimento lido ontem, solicitando a criação da comissão especial contra o "crack" foi um passo muito importante nesta Casa. Creio que isso dará grande contribuição para minimizar o que tem sido um flagelo mundial. Gostaria ainda de informar que eu, como membro mais experiente dessa comissão especial, já convoquei uma reunião para terça-feira, às 14h30min, para formatarmos, então, o grupo de trabalho. Esperamos que, na continuação, o resultado desse trabalho nos leve à criação de uma comissão permanente de enfrentamento ao uso de álcool e outras drogas. Creio que essa comissão dará grande contribuição para, de alguma forma, minimizarmos esse problema. Não tenho a utopia de imaginar que acabaremos com as drogas, mas creio que esta Casa possa dar uma ajuda enorme nessa questão. O Deputado Célio Moreira é bastante atuante na área e sabe muito bem que isso é um flagelo mundial. Essa era a questão de ordem, Sr. Presidente.

Oradores Inscritos

- O Deputado Célio Moreira profere discurso, que será publicado em outra edição.
- O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Com a palavra, o Deputado Fred Costa.
- Os Deputados Fred Costa e João Vítor Xavier proferem discursos, que serão publicados em outra edição.
- O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Arantes.
- O Deputado Antônio Carlos Arantes profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questão de Ordem

- O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, tendo em vista a falta de quórum, solicito o encerramento, de plano, da reunião.
- O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em turno único, dos Vetos Parciais às Proposições de Lei Complementar nºs 127 e 128 e às Proposições de Lei nºs 20.914, 20.925 e 20.934, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/3/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 127; discurso do Deputado Pompílio Canavez; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adeldo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - Juninho Araújo - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Marques Abreu - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.



Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Rosângela Reis, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Rômulo Viegas - Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje comemoramos o Dia Internacional da Síndrome de Down. Entendemos a importância de cada vez mais ampliarmos as políticas públicas para esse segmento social. Sabemos que essas crianças merecem de nossa parte, a gestão pública, e também da sociedade atenção e carinho diferenciados. Vejo os esforços dos governos federal, estadual e municipais e a tendência positiva de melhorar essa situação. Neste momento do Parlamento mineiro, quero abraçar todas as famílias, todas as crianças e dizer do nosso empenho na política de assistência social. O governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, do nosso Secretário Cássio, tem a intenção de ampliar o leque de ações voltadas para esse segmento social. Fica registrado que o Dia Internacional da Síndrome de Down pode ser motivo para que todos nós, representantes da classe política, façamos cada vez mais esforços para minimizar os problemas sociais, que muito nos preocupam. Paralelamente a isso, sabemos que muitos jovens, que, de certa forma, têm saúde e condições de vida perfeitas, estão sendo levados para o caminho das drogas. O “crack” tem trazido sérios problemas para as famílias. É necessário que as políticas públicas se esforcem mais nesse aspecto. Somem-se a isso os esforços necessários para melhorar a segurança pública, o policiamento nas nossas fronteiras, toda a estrutura de segurança. Como disse ontem o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, é fundamental o intercâmbio com as assembleias envolvidas com a segurança das nossas fronteiras, a fim de se evitar o tráfico de armas e de drogas. Enfim, esperamos que as famílias possam estar cada vez mais unidas; que sigam os parâmetros cristãos; que deem atenção às crianças, às crianças especiais, às crianças com síndrome de Down. Neste Parlamento, por meio das nossas comissões e junto ao governo Anastasia, com certeza vamos ampliar os esforços e buscar mais atenção, mais recursos públicos para esse segmento, que tem extrema importância e merece todo o nosso carinho, todo o nosso amor, todo o nosso respeito e, sobretudo, o nosso trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, na mesma direção proposta pelo Deputado Rômulo Viegas, gostaria de dar uma notícia que me chamou a atenção hoje, pela manhã. A imprensa noticiou a investigação da morte de um casal na Zona da Mata mineira. O assassinado é um ex-Deputado boliviano que teria entrado irregularmente no Brasil. Ele tinha relação com uma brasileira, de Goiás. A polícia já trabalha com a hipótese de tráfico internacional de drogas. De acordo com a proposta que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia aprovou, ontem conversamos com o Deputado Cabo Almi, da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, bem como com o Deputado Adilson Rossi, Presidente da Comissão de Segurança Pública de São Paulo. Todos estão prontos para esse fórum permanente das comissões de segurança pública das assembleias, mas ele solicitou a inclusão do Paraná, que faz fronteira com o Paraguai e a Argentina. A grande preocupação no Paraná é a tríplice fronteira e os movimentos de algumas linhas do islamismo. Há denúncias de financiamento de grupos extremistas, como esse que agiu contra uma escola judaica na França. Eles estariam sendo financiados a partir da tríplice fronteira. É algo inacreditável, Sr. Presidente, Srs. Deputados: estamos vendo essa figura do crime internacional instalando-se no Brasil, com características de terrorismo, de financiamento de atos terroristas. Conversamos com esses Deputados e, na sexta-feira, estarei na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Há grande preocupação do seu Presidente, Deputado Gilsinho Lopes, com segurança pública; ele está muito preocupado com essa questão. Esperamos, muito brevemente, debater a questão do tráfico de drogas. Sr. Presidente, se é verdade que esse ex-Deputado boliviano que estava na Zona da Mata mineira está envolvido com o tráfico internacional de drogas, não sabemos o que está efetivamente acontecendo em nosso país em relação a segurança pública. Como o nosso país é vulnerável! O Deputado Rômulo Viegas falou sobre nossas fronteiras. Como é vulnerável o nosso País! Como a segurança em nossas fronteiras é frágil! Como um ex-Deputado boliviano entra no Brasil? Ele tem um filho de 2 anos no Brasil e aqui entrou irregularmente, aqui viveu e não sabemos nada sobre isso. Essa é, infelizmente, a realidade que está atingindo nosso país. No mesmo passo, o Deputado Sargento Rodrigues, na audiência da Comissão de Segurança Pública de ontem, relatou seu encontro com agentes da Polícia Federal, cujo efetivo é de somente 11 mil homens e mulheres para todas as nossas fronteiras, para todos os nossos portos e aeroportos. O nosso país está fragilizado. À nossa frente, haverá a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. As estatísticas de tráfico humano na Copa do Mundo da África do Sul ficaram perto de 40 mil pessoas. Esse número de pessoas foi traficada na Copa do Mundo da África do Sul. Qual é o preparo que temos, Deputado Pompílio Canavez? Em que mesa as autoridades de segurança pública e de defesa social do nosso país têm sentado para discutir essa matéria tão importante? Este momento é preocupante, mas a Assembleia Legislativa de Minas Gerais está cumprindo o seu papel. Vamos discutir com as outras assembleias, vamos tratar desse tema que nos traz tanta preocupação. Muito obrigado.



Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente – Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 127, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez* – Bom dia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia! Sr. Presidente, inscrevi-me para discutir o veto à Lei Complementar nº 127, porque acredito que é uma oportunidade para falar um pouco sobre o que tem sido a vida dos Prefeitos, especialmente no Estado de Minas Gerais. Como o Sr. Presidente sabe, fui Prefeito da cidade de Alfenas por dois mandatos. Eleito em 2004 e reeleito em 2008, posteriormente concorri a uma vaga na Assembleia e, graças ao bondoso povo do Sul de Minas, especialmente ao generoso povo de Alfenas, estou aqui para contribuir para o debate nesta Casa e no Estado.

Ao ler a Lei Complementar nº 127, que trata da questão do julgamento das contas do Estado e dos Municípios, lembrei-me da dificuldade enfrentada pela maioria dos Prefeitos para administrar suas cidades. Muitos Prefeitos são eleitos pelo carisma, pelo compromisso com a comunidade; contudo às vezes não têm experiência administrativa suficiente nem o devido entendimento da complexidade das leis fiscais, do funcionamento do Tribunal de Contas e de tudo mais. As dificuldades são enormes.

Uma das atribuições do Tribunal de Contas - e talvez a mais importante - deveria ser oferecer aos gestores municipais, especialmente os Prefeitos, treinamento e capacitação para que possam fazer uma gestão segura e comprometida com os princípios da ética, da boa administração, para que compreendam os labirintos e as complexidades do funcionamento do próprio Tribunal. Muitas vezes, o administrador, sem o menor conhecimento do assunto, enfrenta dificuldades. As prestações de contas vão sendo avaliadas e, às vezes, reprovadas, causando grande trauma em muitos Prefeitos. Muitos anos depois de cumprirem o mandato, 10 anos, 15 anos depois, ainda estão às voltas com o Tribunal de Contas. Muitas vezes, o ex-Prefeito já não tem recursos nem condições físicas, já está envelhecido, como alguns que conheço, mas não consegue livrar-se da prestação de contas, por um detalhe que passou despercebido por falha do próprio Tribunal de Contas, que não o capacitou, orientou nem alertou sobre determinado assunto.

Fui Prefeito durante seis anos. Graças a Deus, todas as minhas contas têm sido aprovadas! Ainda há contas minhas que não foram avaliadas, e não sei quando o serão. Pode ser que, por algum detalhe, por algum pormenor, as contas não sejam aprovadas. Aí, o problema vai para as calendas, vai ficar infernizando a vida do administrador por muito tempo.

Concedo aparte a meu conterrâneo e amigo de São João del-Rei Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Pompílio Canavez, meu conterrâneo, amigo, de família tradicional de São João del-Rei: a família Canavez. V. Exa. faz um pronunciamento na Casa de extrema importância. Na condição de ex-Prefeito, durante seis anos adquiriu experiência importante em gestão pública e agora a traz ao Parlamento mineiro, para enriquecer as fileiras desta Casa.

O tema de que V. Exa. trata é extremamente importante. Na condição de ex-Prefeitos, sabemos que esse quesito é muito sério e importante, então farei um relato de um fato interessante para os pares. Não citarei nomes, para não causar nenhum problema. Um determinado Prefeito, sério e trabalhador, contratou servidores, Deputado Pompílio Canavez, sem concurso. Fez uma contratação na Prefeitura sem concurso. O Ministério Público, embora tenha verificado que as pessoas que ele contratou estavam trabalhando, denunciou esse Prefeito, que foi condenado em 2ª instância a cinco anos de inelegibilidade. Simultaneamente, outro Prefeito foi denunciado pelo Ministério Público por corrupção e condenado em 2ª instância a cinco anos de inelegibilidade.

Vejam que coisa interessante, Deputados Inácio Franco e Pompílio Canavez: pela lei, alguém que atropela e mata uma pessoa comete crime culposos; porém, se tem a intenção de matar, o crime é doloso. Ou seja, são atos distintos. O que está sendo proposto pela Ficha Limpa é isto: ambos são medidos pela mesma balança: um Prefeito que cometeu o grave erro de contratar sem concurso e foi condenado a cinco anos de inelegibilidade, e o outro, que foi condenado por corrupção, também a cinco anos de inelegibilidade. Esses casos nos levam a refletir que ser Prefeito, hoje, é muito complicado.

Se V. Exa. permitir, vou avançar um pouco mais: a Prefeita de São Vicente de Minas, cidade que V. Exa. conhece e fica próxima à nossa querida São João del-Rei, está no seu segundo mandato. Ela conseguiu uma parceria com o governo do Estado e a empresa Marluvas, de Dolores de Campos, que V. Exa. também conhece. A empresa solicitou um terreno, e a Câmara Municipal aprovou a cessão desse terreno. A Prefeita solicitou parceria ao Estado, e o Estado está concedendo recursos para ela construir o galpão. A empresa vai instalar todo o maquinário. O Promotor deu entrada a uma ação contra a Prefeita e mandou suspender toda essa burocracia, porque ela não pode realizar obras em período de eleição. Estou aqui com toda a documentação, que levarei para análise jurídica. Estamos ficando reféns de um processo em que ser Prefeito está muito difícil. V. Exa. conhece Prefeitos sérios como V. Exa. e eu fomos. Tenho dito sempre aqui que há políticos sérios em todos os partidos; há pessoas sérias, que trabalham muito.

O Tribunal de Contas do Estado é moroso, como V. Exa. disse, na análise dessas contas.

É preciso rever essa questão e, quem sabe?, em médio e longo prazos, pensar na formação de conselhos de contas municipais, para agilizar esse processo.

Fomos Prefeitos há 20 anos, e ainda há conta que não foi analisada. Quem será responsável por isso? Nossos bisnetos?!

Deputado Pompílio, parabéns pela exposição do tema. Tenho a certeza de que todos os Prefeitos e ex-Prefeitos agradecerão a V. Exa. por trazer ao Plenário do Parlamento um tema de tal importância.

O Deputado Pompílio Canavez* - Deputado Rômulo Viegas, agradeço a V. Exa., que também foi Prefeito de São João del-Rei e conhece as dificuldades.

O Tribunal de Contas deveria fazer acompanhamento mensal para não deixar que ocorram erros. Às vezes, os erros ocorrem não por dolo, mas por desconhecimento. Muitas vezes, quando um Prefeito, especialmente de oposição, assume, chega à Prefeitura com uma equipe que nunca trabalhou em conjunto, que nunca trabalhou no serviço público, que não conhece a sistemática das contas, e assim não se consegue fazer uma boa transição. Mesmo com o desejo de fazer as coisas com seriedade, acaba fazendo uma contratação sem



concurso público, não com o interesse de burlar a lei nem de afrontar o Tribunal de Contas. Querendo acertar, às vezes erra. Se o Tribunal tivesse o trabalho de, mensalmente, alertá-lo a tempo sobre erros a serem corrigidos, o Prefeito acertaria mais e faria um governo melhor, o que seria bom para o Estado, para o País e para a democracia.

Deputado Rômulo Viegas, realmente há necessidade de acompanhamento e esclarecimento, de formação e de capacitação. Afirmo que a maioria dos Prefeitos eleitos nos Estados e no País - ao contrário do que uma parte da mídia tenta demonstrar, dizendo que todo Prefeito é suspeito, todo político é corrupto -, é bem-intencionada, honesta, quer fazer um governo correto, melhorar a vida das pessoas. E como V. Exa. bem disse, em breve muitos já não vão querer ser Prefeitos, porque no primeiro deslize que cometerem, talvez por desconhecimento, serão julgados, condenados, sem tempo de apresentarem defesa.

Disse, certa vez, em uma rede de televisão: se é para elogiar, chamam o assessor, mas, para falar mal do Prefeito, dormem na porta de sua casa, jogando seu nome na lama.

Concederei aparte à Deputada Liza Prado. Antes, porém, gostaria de dizer que nós, da Comissão de Assuntos Municipais – eu e os Deputados Almir Paraca e João Leite -, estamos sentindo falta de sua inteligência, de sua coragem para decidir sempre levando em conta sua consciência. Digo aos nossos colegas que não foi bom retirar a Deputada Liza Prado da Comissão de Assuntos Municipais.

Posso dizer, Deputada - e tenho certeza de que o Deputado Almir Paraca concorda comigo -, que a senhora é a integrante mais brilhante da Comissão, a mais atuante, pois nunca tinha preguiça. A audiência pública podia ser realizada em qualquer lugar do Estado que a senhora estava disposta a ir, como foi comigo muitas vezes. Lamento esse fato e desejo que a senhora continue muito competente, como sempre foi, nas comissões em que vai atuar a partir de agora.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Agradeço as suas palavras, Deputado Pompílio, dizendo que também fiquei muito surpresa. Cheguei à Comissão para fazer meu trabalho e a Consultora me disse: “A senhora não pertence mais à Comissão; foi publicado ontem, à tarde”.

O Deputado Pompílio Canavez* - Falta de respeito até.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - É, fiquei com cara de tacho. Disse que não havia sido consultada, que não me perguntaram se eu gostaria de ir para outra comissão ou se poderia fazer um acordo, mas vou trabalhar em qualquer uma. Aliás, às 10 horas estarei na sua comissão, porque tenho disposição para atuar em quase todas. A independência realmente tem um preço caro. Ter uma posição, uma trajetória incomoda em alguns momentos. Mas vou tentar parar por aqui, porque ainda estou tentando ser companheira e parceira.

Pedi este aparte para falarmos um pouco das preocupações que tenho com os Prefeitos do nosso Estado. É muito sério, Deputado. Daqui a um tempo, as pessoas sérias e corretas não vão querer disputar as eleições. Sabemos da intenção do Ministério Público, que tem feito um trabalho brilhante. Na minha cidade há Promotores que, de fato, atendem ao povo e fazem a diferença. Como Deputada, sempre apoiei o ficha-limpa, sempre trabalhei em prol da transparência, sempre lutei para que os eleitores sejam esclarecidos e conscientes, mas a situação me preocupa muito. Há algumas ações em que o Prefeito, mesmo se pautando pela honestidade, tendo suas contas corretas, sendo probo, ainda sofre processo na Justiça. Mas, para haver improbidade administrativa, tem de haver dolo, má-fé. Às vezes, com a perseguição, algum Vereador denuncia na tribuna o comportamento errado de um Promotor, por exemplo, mesmo não estando caracterizada essa situação, e a pessoa sofre retaliação e tem seu nome levado à Justiça. E pode acontecer de esta acatar o pedido, porque é muito difícil não fazê-lo. Imagine uma pessoa correta, que não teve má intenção nem agiu de má-fé ser ficha-suja? Brigamos muito por isso.

É preciso estudar e discutir melhor essas questões. Não quero dizer que o Tribunal de Contas demora muito para julgar as contas. Foi discutido que haveria mais funcionários, que se aceleraria o processo, mas ele faz um trabalho brilhante. Se tivesse tempo de fazer mais fiscalizações, contribuiria para que houvesse Vereadores independentes e pessoas que vão votar aquelas contas de forma mais séria. Mas, na verdade, acaba fazendo acordo. Os pareceres do Tribunal de Contas são votados pelas câmaras municipais, nem sempre pautadas pela legalidade e pela justiça. É importante que nós, Deputados, ajudemos os pequenos Municípios e as pessoas que estão fazendo um trabalho sério. E que o Ministério Público também possa colaborar.

Agora estou na Comissão de Agricultura. Continuo sendo Vice-Presidenta da Comissão de Defesa do Consumidor, porque sou especialista na área de defesa do consumidor e fui Superintendente do Procon por muito tempo. Alguém deve ter pensado nisso; não sei que força me tirou da Comissão de Assuntos Municipais, mas pelo menos não mexeu nessa comissão em que continuo sendo Vice-Presidenta. A mão invisível não me tirou de lá. Agora estou na Comissão de Agricultura. Ontem estivemos no Ministério Público do Trabalho e fiquei muito preocupada, Pompílio. Sou contra a terceirização, a precarização das condições de trabalho. Vocês podem constatar que existem agora, em Uberlândia, empresas terceirizadas da Cemig que têm causado enormes problemas. Ocorrem acidentes, morre gente constantemente, porque não há a capacitação necessária. No meu entendimento, um serviço essencial não deveria ser terceirizado.

Aconteceu outro fato: os funcionários da Infraero estão sem receber, desde o ano passado. Não têm vale-transporte, tíquete-alimentação; continua o trabalho escravo, já que não recebem. A Infraero já contratou duas empresas terceirizadas que faliram, Deputado, e, de repente, o servidor continua trabalhando e não recebe seu salário.

Então, essa terceirização foi precária. Ontem consultei o Procurador e lhe pedi que agilizasse os procedimentos para que os funcionários da Infraero tenham seus problemas solucionados. Pelo meu entendimento, a responsabilidade é objetiva, não depende de culpa. Creio que ela é responsável e deve pagar aos servidores. A obrigação é tirar o dinheiro e pagar aos servidores, porque eles não têm culpa de nada.

Ontem, na Comissão de Agricultura, levantou-se um aspecto da silvicultura que me preocupou bastante, porque vai prejudicar o pequeno produtor e as empresas pequenas que se especializaram nela. A plantação de eucalipto está presente em muitos locais. Minas já tem 27 ações na Justiça, sendo que, em 14, já conseguiram fazer acordos. Eles são proibidos de fazer a terceirização, o que é interessante, mas existem alguns aspectos da terceirização que são importantes. Na plantação de eucalipto, o produtor não pode contratar um avião nem um piloto: tem que ter um avião e um piloto. Isso não é racional. Então, para um produtor fazer a

pulverização, terá que ter e manter um avião. Se ele tiver uma empresa especializada em mão de obra para cortar eucalipto, não poderá terceirizar, mas como fazê-lo se não tiver mão de obra?

Creio que tem que haver terceirização e terceirização. Isso está sendo discutido em Brasília, e o Ministério Público tem adotado posição de combate ao trabalho escravo e análogo. Ele também é contra o trabalho infantil e tem tirado da invisibilidade o trabalho das meninas domésticas, que é uma vergonha. As pessoas trazem as meninas do interior para trabalhar nas suas casas, com a promessa de estudo, mas nada disso acontece. A grande maioria vive mal. Pouquíssimas são bem tratadas. O Ministério Público está fazendo um trabalho brilhante. Ontem, estive com o Procurador e fiquei feliz em sabê-lo tão capacitado.

Mas, voltando à questão, alguns aspectos da silvicultura me preocuparam. Temos que rever a legislação porque ela dá prejuízo. Existem muitas empresas pequenas que se especializaram em determinada área e, de repente, a lei não permite, inviabiliza o seu trabalho e inviabiliza, assim, a economia. Não podemos trabalhar a ferro e fogo. Há esse caso da Prefeita, que o senhor citou. Alguns são bandidos, dilapidam o patrimônio público, mas não é o que acontece com a maioria. Alguns Prefeitos têm que ficar com o pires nas mãos para pedir apoio, pois é uma dificuldade danada. Sabemos que o repasse para os Municípios são muito inferiores às necessidades. Temos que ajudar essas prefeituras, colaborar e, quando houver uma injustiça, que não se tome a medida radical de afastar o Prefeito, porque, na verdade, não houve erro, e sim uma irregularidade que pode ser sanada. A briga nos Municípios é fratricida, é uma coisa horrorosa.

Deputado Pompílio Canavez, que V. Exa. continue na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e conte sempre com esta Deputada. Com V. Exa., mesmo não mais fazendo parte da Comissão, vou colaborar, porque consigo trabalhar em mais de duas comissões. Estarei sempre disposta a colaborar com os trabalhos da Comissão. Muito obrigada.

O Deputado Pompílio Canavez* - Deputada Liza Prado, tenho certeza de que o seu trabalho é brilhante. Vamos precisar de V. Exa., porque ainda temos muita coisa para enfrentar quanto à Cemig e à Copasa. Problemas não nos faltam. E a mão invisível não a impedirá de trabalhar, porque ela não é mais forte que o seu desejo, que sua seriedade. Daqui a pouco darei um aparte ao Deputado Rogério Correia para que ele teça comentários sobre isso. A senhora consegue achar o termo certo. Parabéns pela expressão, porque é exatamente uma mão invisível que estamos sentindo. Nós, da Oposição, estamos sentindo um constrangimento muito grande. Queria falar isso com...

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Mas se tivessem conversado comigo para fazer algum arranjo... Podiam ter discutido comigo e dito: "Deputada...". Sou uma Deputada que colabora com os trabalhos.

O Deputado Pompílio Canavez* - Podiam ter avisado. Mas mesmo que tivesse... A senhora tem aptidão, tem perfil, tem disposição para o trabalho, tem legitimidade para acompanhar qualquer comissão nesta Casa, e não pode ser essa mão invisível...

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Vou trabalhar em qualquer comissão em que eu estiver. Vou trabalhar muito.

O Deputado Pompílio Canavez* - Essa mão invisível, Deputado Gustavo Corrêa, é que vai imiscuir-se e acabar com a democracia nesta Casa. Daqui a pouquinho, vamos deixar de ter sentido aqui. Eu, que sou Deputado de primeiro mandato, quero fazer o debate, quero participar dos trabalhos em nome dos eleitores de Minas Gerais que acreditam em nosso trabalho, que votaram na Oposição. Há Oposição em Minas Gerais, embora pareça que não exista. É só olharem os resultados das eleições. Claro que, neste momento, temos dificuldade. Mas aqui, nesta Casa, não devia acontecer isso. Aqui não deveria haver mão invisível.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - E eu ainda não sou Oposição, por enquanto.

O Deputado Pompílio Canavez* - Mão invisível é um absurdo, uma incoerência, um atentado à democracia. É o que faz com que a Deputada Liza Prado, que chegou aqui por luta, que chegou aqui porque disputou as eleições, que representa realmente o povo e tem legitimidade, seja impedida de participar, Deputado Rogério Correia. Então, está na hora de fazermos uma reflexão nesta Casa. Que mão invisível é essa? Será que é daqui de dentro? Ou ela está entrando invisivelmente aqui, dentro da Casa, atrapalhando o nosso Poder, que é independente, o Poder Legislativo?

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, quero apartear V. Exa. para parabenizá-lo por tratar desse veto, desse tema que é importante para os nossos Prefeitos e também para o Tribunal de Contas. Mas, antes, gostaria também de prestar minha solidariedade à Deputada Liza Prado. Já o fiz da tribuna rapidamente, devido ao pouco prazo que tinha para abordar o assunto.

Não há nenhuma mão invisível neste caso: é bem visível a mão.

O Deputado Pompílio Canavez* - Visível e pesada.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Visível e pesada. Trata-se da tropa de choque que foi aqui nomeada pelo projeto Aécio Presidente, que quer impedir que qualquer debate que desagrade ao governo, qualquer questão que seja levantada em Minas Gerais e aponte os problemas, que existem, para procurar superá-los, sejam silenciados.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Mas, Rogério, na minha Comissão eu só dei solução.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - E a Deputada Liza Prado não faz parte dessa tropa de choque. Ela é da base do governo, mas não é cega. Ela vota com os professores e não contra a educação, como votou, a mando do Senador Aécio Neves e do Governador Anastasia, a chamada tropa de choque. Como a Deputada Liza Prado não se presta ao papel de ser lambe-botas do governo, evidentemente foi punida.

Portanto, essa mão é visível e forte e tem impedido a aprovação de requerimentos da Oposição. Como a Deputada tem uma postura ética e transparente de não lambe botas do governo, mas de fazer com que a Assembleia Legislativa tenha seu papel democrático de investigação e averiguação, até para ajudar o governo - na concepção dela -, foi punida e não pode estar na Comissão. Lá só podem estar aqueles que vão derrotar, independentemente do conteúdo, qualquer projeto que vise averiguar o que há de errado no Estado de Minas Gerais. Aqui não pode nada aparecer como errado, mesmo que haja erros. Tudo tem de ser escondido debaixo do tapete. O projeto Aécio Neves não suporta Oposição e não suporta transparência. O Governador Anastasia, que infelizmente tem sido mais um cabo eleitoral do projeto Aécio do que Governador do Estado, atua até mesmo contra Deputados que lhe são fiéis, como é o caso da Deputada Liza Prado, mas que não se prestam ao papel de lambe-botas.



É essa a mão, nada invisível, mas visível e firme contra os interesses de se averiguar o que acontece em Minas Gerais.

O mesmo acontece em relação a esse veto. Ora, o Governador foi muito firme em vetar, alegou que poderia haver uma cascata que beneficiaria Prefeitos etc. e apresentou uma série de argumentos, alguns até justos, se analisados com frieza. Mas é o mesmo Governador, Deputada Liza Prado, que não teve, assim como não teve o Tribunal de Contas, a mesma visão na aprovação das contas do Governador.

Aproveito este momento, Deputado Pompílio Canavez, para chamar a atenção para o fato de que hoje, à tarde, às 14 horas, serão votadas as contas do governo Anastasia e Aécio Neves de 2010. O parecer dos técnicos do Tribunal de Contas e do Ministério Público do Tribunal de Contas foram apontamentos pela rejeição das contas do Governador. Mas o Tribunal de Contas fugiu do rigor técnico, fez uma análise política e aprovou as contas do Aécio e Anastasia, mesmo com erros crassos. O que isso tem a ver com os Prefeitos? Tudo. A V. Exa., que foi Prefeito em Alfenas, e a vários Deputados que foram Prefeitos apontarei quatro problemas e pergunto: se tivessem cometido esses erros, estariam ou não com as contas aprovadas pelo Tribunal?

O primeiro deles se refere à saúde pública. Abrirei aspas, pois esse trecho diz respeito ao Ministério Público do Tribunal de Contas: (- Lê:) “Concluimos, então, que, excluídas do cômputo das aplicações em saúde pública, as despesas com assistência à saúde, cujo acesso é restrito à clientela fechada, Polícia Militar, Ipsemg e IPSM, aquelas custeadas por fontes e recursos da Copasa, bem como os recursos inscritos em Restos a Pagar, não processados, o percentual apurado no exercício financeiro de 2010, Aécio e Anastasia, passa a ser de 7,81%. Dessa forma, constata-se o não cumprimento do índice constitucional no que se refere à despesa com saúde pública”.

Pergunto ao Deputado Pompílio Canavez: se fosse o Prefeito de Alfenas ou de qualquer outro Município, o Tribunal de Contas aprovaria a conta da Prefeitura?

O Deputado Pompílio Canavez* - Não aprovaria. Essa falta de cumprimento do preceito constitucional do governo do Estado em relação aos 12% faz com que os Municípios tenham que aplicar, ao invés de 15%, 25% do seu orçamento em saúde, prejudicando outras áreas da administração pública.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Pois o Tribunal de Contas, por intermédio de seus Conselheiros, disse que as contas estão legais e fingiram não ver esse simples dado de que R\$4.300.000.000,00, só da época do governo Aécio Neves, deixaram de ser aplicados na saúde pública. O Senador Aécio Neves é hoje réu, embora a imprensa não o diga, mas é bom que os telespectadores da TV Assembleia saibam disso. O Governador Aécio Neves é réu em processo do Ministério Público por ter desviado R\$4.300.000.000,00 da saúde. Quando digo desviado, não estou dizendo que alguém o roubou, mas o dinheiro não foi para a saúde pública, e, provavelmente, foi para engrossar a “Brasilha” e outras obras que ele julgou mais importantes do que a saúde pública.

Deputado Pompílio Canavez, no que tange à educação, veja bem o que demonstrou o corpo técnico do Tribunal de Contas do Estado: “7,49% da receita líquida de impostos e transferências. Expurgados os gastos com benefícios previdenciários, as despesas com a educação alcançariam apenas 19,79% da base vinculável, abaixo, portanto, do mínimo constitucional determinado para os Estados, pelo que resta descumprido o mandamento constitucional”. Ou seja, ao invés de 25%, aplicou 19,79% na educação.

Pergunto a V. Exa.: se o Prefeito de Alfenas tivesse aplicado o índice da educação inferior ao que manda a Constituição Federal e Estadual, V. Exa. teria as contas aprovadas?

O Deputado Pompílio Canavez* - Jamais. Quero dizer também que a maioria dos Prefeitos aplica em educação muito mais que os 25% constitucionais. Em Alfenas, aplicamos, na minha época, mais de 30% porque é preciso investir mesmo em educação. Mas o governo do Estado parece que não compreende assim porque, aplicando apenas 19%, deixa a educação do nosso Estado na situação em que se encontra e que o senhor conhece muito bem.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, veja outra ressalva feita pelo corpo técnico do Tribunal de Contas: (- Lê:) “Como expresso no relatório técnico do Tribunal de Contas, a Cemig Holding...” - a Cemig com que temos trabalhado.

O Deputado Pompílio Canavez* - Estamos tentando fazer a Cemig ser aquela de outrora, respeitada pelos mineiros.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Aquela Cemig que Itamar Franco recuperou, depois de Fernando Henrique e Eduardo Azeredo já a terem entregue ao capital financeiro internacional a mando do FMI. Hoje, entretanto, Anastasia e Aécio sujaram sua imagem. (- Lê:) “A Cemig Holding apresentou execução maior em R\$702.070.000,00, que é a previsão na conta Aporte de Capital - Cemig, excedendo em 62,4% a autorização legislativa.”

Ou seja, para campanha política, em ano eleitoral, a Cemig utilizou R\$702.070.000,00 a mais que o autorizado por esta Casa Legislativa.

O Deputado Pompílio Canavez* - Deputado Rogério Correia, nós, que temos acompanhado, com muita tristeza, os acidentes ocorridos com a rede elétrica da Cemig não só no interior, como também na Capital, vemos que esses recursos não foram usados nem para a melhoria da rede elétrica, nem para a contratação de empregados para a empresa por meio de concurso público, nem para investimento em tecnologia a fim de melhorar a rede elétrica no Estado. Esse dinheiro foi para onde, Deputado Rogério Correia? Foi para o Energia do Bem, para o financiamento de campanha eleitoral. Isso é o que parece, pois, apesar desse excesso, a rede elétrica da Cemig está caindo aos pedaços pelo interior do Estado. Então, ficamos surpresos por ver que esse excesso não foi parar na melhoria da qualidade da energia elétrica que chega às casas de seus clientes no Estado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, por fim, há um último aspecto apontado pelo Tribunal de Contas. Peguei os principais erros das contas do governo para falar em campanha eleitoral. (- Lê:) “Nos anos de 2008 e 2010, as elevações dos repasses em relação aos anos anteriores, 2007 e 2009 – vejam bem, ano de eleição -, foram na ordem de 96% a mais e 270% a mais respectivamente, que resultaram em uma transferência financeira de R\$354.402.000,00 em 32 dias.” Isso foi usado em repasses para Prefeituras e entidades favoráveis ao governo. Foram nada mais, nada menos que R\$354.402.000,00 a mais de transferências de recursos. Repito: um índice de 270% a mais que o do ano anterior em ano eleitoral, configurando-se, portanto, compra de votos, de Prefeituras e de Prefeitos por meio de convênios. Esse é um coronelismo absurdo e até está sendo julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que deveria, portanto, impedir que o Governador continuasse seu mandato, por ter cometido crime eleitoral.

E mais: tudo isso, Deputado Pompílio Canavez - a educação, em que se aplicou menos de 20% em vez de os 25% determinados; a saúde, em que se aplicou menos de 8% em vez de os 15%; a Cemig, em que se aplicou 62% a mais que o permitido pela Assembleia Legislativa e 270% a mais em convênios -, está denunciado pelo Tribunal de Contas, pelo seu corpo técnico e pelo Ministério Público de Contas. Mesmo assim, os Conselheiros aprovaram as contas do Senador Aécio Neves, então Governador, e do Governador Anastasia, no ano de 2010, ano em que os dois governaram Minas Gerais.

Hoje à tarde - e não é preciso ter bola de cristal para saber -, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária também aprovará essas contas, assim como a Assembleia Legislativa o fará posteriormente, tudo isso em consonância com o projeto Aécio 2014, motivo por que Minas Gerais não pode ter, por parte de ninguém, nenhum questionamento: os adversários não podem denunciar nem investigar; o Tribunal de Contas está dominado, como disse o Deputado Sávio Souza Cruz; o Ministério Público, infelizmente, não faz as análises rigorosas que deveria fazer, mas as faz em relação aos Prefeitos, como V. Exa. tem exposto.

A Assembleia Legislativa, majoritariamente, finge que não vê, e Minas continua o seu projeto, o único projeto do governo Anastasia que tem dado certo em Minas Gerais, que é o “Minas sem governo”. Esse tem dado certo, na educação, na segurança pública, na saúde, na Cemig, na assistência social e na reforma agrária. A Emater não funciona na agricultura familiar. O “Minas sem governo”, este, sim, tem sido executado pelo Governador Anastasia, e tudo o que não é feito ou que é feito de errado tem sido escondido debaixo do tapete pelas instâncias que ele domina.

Parabenizo V. Exa. por ter tido a coragem de mostrar aqui que os Prefeitos têm suas dificuldades, porque não são socorridos pelo governo do Estado. Não existe política de desenvolvimento para o nosso Estado. Aliás, o Tribunal de Contas deveria estar atento a isso, analisando, com sensatez e equilíbrio, as contas do Estado, ao invés de aprová-las politicamente como tem feito. Não é de se estranhar que quase todos os Conselheiros vieram ou foram líderes da base do Governo. Eles estão lá para servir ao governo. É lamentável essa trajetória em Minas.

Por fim, parabenizo V. Exa. e agradeço-lhe o aparte longo, porém necessário, para “colocar os pingos nos is” no tocante a esse assunto. Parabéns, Deputado.

O Deputado Pompílio Canavez* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Sou o Líder da Minoria; o Deputado Rogério Correia é o Líder do PT; o Deputado Sávio Souza Cruz é o Líder do PMDB; e o Deputado Tiago Ulisses é o Vice-Presidente da Bancada do PT. Todos nós encaminhamos à Mesa um documento propondo a rejeição das contas do governo do Estado em 2010, e esse documento precisa ser lido ainda hoje nesta Casa. Todas as considerações feitas pelo Deputado Rogério Correia, em seu aparte, nós as consubstanciamos na reprovação das contas de 2010 do governo do Estado.

Deputado Rogério Correia, nós nos deparamos com a questão dos dois pesos e uma medida, praticada pelo governo do Estado. Apesar de os fundamentos não terem sido respeitados, aprovam-se as contas. Por outro lado, por qualquer coisinha, as contas das Prefeituras são rejeitadas, infernizando-se a vida dos Prefeitos.

Sr. Presidente, por fim, gostaria de desejar um feliz aniversário ao Deputado Tenente Lúcio. Aliás, hoje já o vi na Casa. Parabéns, Deputado Tenente Lúcio!

Sr. Presidente, solicito que o restante do meu tempo seja computado.

Questão de Ordem

O Deputado Pompílio Canavez - Tendo em vista a falta de quórum, peço o encerramento de plano da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/2/2012

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Ivair Nogueira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Denilson Aparecido Martins, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, solicitando providências emergenciais para restabelecer o funcionamento pleno do Hospital da Polícia Civil; e ofícios da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, e do Sr. Marcos Affonso Ortiz Gomes, Diretor-Geral do IEF, publicados no “Diário do Legislativo” de 12/1/2011. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.692/2011, no 1º turno, para cuja relatoria designou o Deputado Délio Malheiros. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 325/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Neider Moreira), e 1.955/2011 (relator: Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.066, 2.068, 2.104, 2.151 e 2.195/2011, 2.313, 2.315 e 2.338/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir



questões administrativas do sistema socioeducativo do Estado e a implementação da Resolução nº 1.188/2011, da Secretaria de Defesa Social; e Sávio Souza Cruz em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações acerca de denúncia de contratação irregular de terceiros na Imprensa Oficial. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a proposta de mudança na divisão dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e seus reflexos para o Estado e seus Municípios; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião, com a presença de convidados, para discutir o impacto das enchentes no Estado, os investimentos necessários para a recuperação dos Municípios afetados e as medidas preventivas para evitar novas tragédias; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado à bancada mineira de Deputados Federais pedido para que apoiem a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2010, que estabelece como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal; e Rogério Correia (5) em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações relativas aos servidores da Cidade Administrativa demitidos em 31/10/2011 e aos servidores de recrutamento amplo contratados com base em lei delegada em 2010 e 2011; seja convocado o Sr. Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social, para prestar esclarecimentos sobre matéria publicada por esse órgão, em meio eletrônico, na qual se noticia que, no curso de investigação da Polícia Civil, foi descoberta prova material da contratação do Sr. Nilton Monteiro pelo Deputado requerente para forjar a chamada Lista de Furnas; e sejam realizadas reuniões de audiência pública para apurar denúncia de fraude no processo de concessão do estacionamento do Centro de Especialidades Médicas, em Belo Horizonte; para obter esclarecimentos sobre a carta encaminhada pela Secretaria de Educação às unidades estaduais de ensino com o objetivo de divulgar informações para os pais e alunos e sobre propaganda protagonizada pela atriz Débora Falabella e veiculada pelo governo do Estado nos meios de comunicação; e para debater o projeto de lei complementar que organiza a Polícia Civil, define sua competência e dispõe sobre o regime jurídico dos integrantes das carreiras policiais civis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2012.

Gustavo Corrêa, Presidente - Délio Malheiros - Bonifácio Mourão - Rogério Correia.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/3/2012

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Carlin Moura, Duarte Bechir e Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Liza Prado e o Deputado Bruno Siqueira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência dos Deputados Neilando Pimenta, em que justifica sua ausência a esta reunião, e Dalmo Ribeiro Silva, em que informa o seu desligamento desta Comissão em razão da indicação do Líder do Bloco Transparência para que faça parte de outra comissão desta Casa. Retira-se o Deputado Glaycon Franco. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, no 1º turno, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei nº 1.983/2011 (relator: Deputado Carlin Moura); e pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.060/2011 (relator: Deputado Bosco, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.589, 2.590, 2.619 e 2.623/2012. Registra-se a presença do Deputado Glaycon Franco. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Bosco, Carlin Moura, Duarte Bechir, Neilando Pimenta e Paulo Lamac (2), em que solicitam sejam realizadas audiências públicas para debater a escola em tempo integral e os programas do sistema estadual de ensino e seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater o programa federal "Saúde na Escola" e a sua integração no sistema estadual de ensino; Carlin Moura, em que solicita a inclusão desta Comissão como parceira na campanha da Band News em favor da recuperação do Caic Laguna, situado no Município de Contagem; e Bosco, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre os recursos estaduais próprios ou recebidos em transferência da União destinados ao transporte escolar dos alunos da Educação Básica no Estado. É rejeitado o requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Participação Popular para debater o Estudo Técnico sobre a Situação do Ensino Médio em Minas Gerais. São recebidos pela Presidência os seguintes requerimentos: dos Deputados Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Saúde com a finalidade conhecer as ações desenvolvidas pelas unidades de ensino do Estado e do Município de Belo Horizonte relativas à Semana de Mobilização Saúde na Escola, lançada pelo Ministério da Saúde, e Bosco, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de São Joaquim de Bicas, com a finalidade de debater a implantação de um câmpus do Instituto Federal de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Bosco, Presidente - Sebastião Costa – Duarte Bechir – Almir Paraca.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/3/2012

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro, Presidente da Feam, encaminhando o relatório técnico DGER nº 1/2012 e as cópias das declarações de condição de estabilidade das Barragens da Lagoa do Azedo e Margazão e dos estudos de investigação de solo, em resposta ao Requerimento nº 1.108/2011, desta Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.509/2011 (Luiz Carlos Miranda), 2.823/2011 (Tadeu Martins Leite) e 2.180/2011 (Pompílio Canavez), todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.747 e 2.750/2011, ambos com a Emenda nº 1, e os Projetos de Lei nºs 2.751 e 2.769/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.593/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Celinho do Sinttrocel (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em comemoração do dia mundial em memória das vítimas de doenças e acidentes de trabalho, para debater as condições de saúde do trabalhador no Estado, sejam encaminhados ao Presidente do Congresso Nacional pedidos de providências para a derrubada da Medida Provisória 557, em trâmite no Congresso Nacional, e para a ratificação da Convenção nº 189, da Organização Internacional do Trabalho; e da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de analisar as condições de segurança dos trabalhadores da construção civil, em face dos crescentes índices de acidente de trabalho. Ato contínuo, são recebidos pela Presidência, para aprovação em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as relações trabalhistas da Cemig com seus empregados, e Pompílio Canavez em que requer seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os malefícios causados pelo uso abusivo dos agrotóxicos aos trabalhadores rurais e aos consumidores desses produtos contaminados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Rosângela Reis, Presidente - Luiz Carlos Miranda - Juninho Araújo - Pompílio Canavez - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/3/2012

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Romel Anízio e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Helder Santos Amorim, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, informando sobre as atribuições do referido Tribunal e colocando-se à disposição para receber os deputados desta Comissão em 20/3/2012, às 9 horas, para tratar sobre a terceirização do trabalho na atividade da silvicultura. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.669/2011, no 1º turno, e 2.842/2012, em turno único (relator: Deputado Romel Anízio); 2.801/2012, em turno único (relator: Deputado Fabiano Tolentino); 2.826 e 2.844/2012, ambos em turno único (relator: Deputado Tiago Ulisses). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.756 e 2.771/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.620/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimento do Deputado Jayro Lessa em que solicita seja convidado o Deputado Federal Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura, para expor e debater nesta Comissão o lançamento da referida Frente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Liza Prado - Fabiano Tolentino.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/3/2012

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da



aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre o serviço prestado através do telefone 190, da PMMG, e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença das Deputadas Maria Tereza Lara e Liza Prado e do Deputado Bonifácio Mourão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Ten.-Cel. PM Marcus Vinícius Veloso Lima, Chefe do Centro Integrado de Comunicações Operacionais da PMMG; o Ten. PM Wagner Luiz de Barros, Chefe da Seção de Análise e Inteligência e Controle de Qualidade – Saicq - da PMMG; o Sgt. PM Ataliba Ferreira de Faria Júnior, Auxiliar da Saicq; e o Sr. Daniel Eustáquio Pimenta e Paiva, Gerente do Centro Integrado de Atendimento e Despacho da Secretaria de Defesa Social, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença dos Srs. Edivaldo Bueno dos Santos e Luiz Paulo Nepomuceno, Vereadores da Câmara Municipal de Cambuí. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Zé Maia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Cultura, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Esporte, Lazer e Juventude com objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 158/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de eventos artísticos, esportivos, culturais e recreativos terem cobertura de seguro de acidentes pessoais coletivo; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Sargento Rodrigues e João Leite (8) em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater a segurança nas agências lotéricas e dos Correios; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a realização de estudos com vistas à utilização de áreas remanescentes de exploração mineral para a construção de unidades prisionais; seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a adoção de medidas de segurança rodoviária na Rodovia MG-808, em Esmeraldas, tendo em vista o aumento do número de acidentes envolvendo animais nessa estrada; seja encaminhado ao Comandante do Batalhão de Polícia de Trânsito da Capital e à BHTRANS pedido de providências para que seja fiscalizada a utilização de vagas destinadas a pessoas com deficiência e idosos por veículos sem as credenciais legais; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a contratação, em regime de urgência, de dois Agentes Penitenciários para trabalharem na cadeia pública de Candeias; seja encaminhado às redes de TV e rádio com atuação no Estado pedido de providências para a veiculação de campanha que ressalte a importância do serviço 190, da PMMG, salientando os prejuízos causados por trotes; seja veiculada na TV Assembleia campanha que ressalte a importância do serviço 190, da PMMG, salientando os prejuízos causados por trotes; e seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a ampliação do quadro de atendentes do serviço 190, da PMMG, e para que se estude a possibilidade da criação de um quadro reserva de profissionais para esse serviço. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2012.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues - Maria Tereza Lara - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, EM 15/3/2012

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Bonifácio Mourão e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos demais membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência comunica que, por motivos de logística e após entendimentos com a Unale e o Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas, será necessária a alteração dos Estados sedes para a realização dos encontros regionais. Assim, os locais dos encontros serão: Região Norte – Estado do Acre, em substituição ao Estado do Pará; Região Centro-Oeste – Estado de Goiás, em substituição ao Estado de Mato Grosso do Sul; e Região Nordeste – Estado do Rio Grande do Norte, em substituição ao Estado de Pernambuco. A Presidência comunica ainda que a organização dos eventos trabalha com um calendário que poderá sofrer alterações em decorrência da melhor operacionalização. Tal calendário é o seguinte: Região Norte - Rio Branco - 16 de abril; Região Centro - Oeste – Goiânia - 23 de abril; Região Sul – Porto Alegre – 14 de maio; e Região Nordeste – Natal – entre os dias 29 de maio a 1º de junho, próximo ao Congresso da Unale. Por último, informa que, em 26 de março, em Vitória, no Estado do Espírito Santo, será realizada reunião com os deputados capixabas e que o Presidente e o relator desta Comissão, bem como o Presidente desta Casa, estarão presentes. A Presidência solicita aos membros desta Comissão que desejarem comparecer àquela reunião que comuniquem sua intenção à assessoria. A Presidência informa que esta reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado Carlin Moura em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal, ao Procurador-Geral e ao Secretário de Fazenda de Contagem pedido de informações, bem como cópia do contrato, sobre a renegociação da dívida pública desse Município com a União, os valores quitados nos últimos anos e os valores restantes para a quitação total da referida dívida; Bonifácio Mourão (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiências públicas desta Comissão para a interiorização do debate sobre a importância da renegociação ou refazimento de contratos da dívida pública dos Estados com a União nos Municípios de Governador Valadares, Montes Claros, Patos de Minas, Poços de Caldas e Uberaba; e, com o mesmo objetivo do requerimento anterior, seja incluído o Município de Divinópolis para a realização de reunião de audiência pública desta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2012.

Délio Malheiros, Presidente – Duarte Bechir – Sebastião Costa.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/3/2012

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também a Deputada Liza Prado e os Deputados Durval Ângelo, Ivair Nogueira, Rogério Correia e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar um levantamento das atividades que degradam a Lagoa Várzea das Flores, localizada nos Municípios de Betim e Contagem, debater as medidas a serem tomadas para acabar com a poluição no local, cobrar maior policiamento e fiscalização dos banhistas, monitorar e cobrar uma atitude ambientalmente correta de uma pedreira que atua na região e buscar um acordo para que a área não sofra com os danos da atividade, buscar maior comprometimento com as Prefeituras Municipais de Betim e Contagem com as leis ambientais que contemplam a área e cobrar medidas de tratamento de esgoto para que os dejetos não sejam despejados na Lagoa. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Maurício de Faria Soares, Coordenador do Projeto Vigiágua, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Rodolfo Carvalho Salgado Penido, Gerente de Efluentes da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam, representando o Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da Feam; Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Presidente do Igam; Eduardo Machado de Faria Tavares, Ouvidor Ambiental do Estado de Minas Gerais; Tales Heliodoro Viana, Superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, representando o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Presidente da Copasa; Edson Rodrigues Gonçalves, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Governo de Betim, representando a Sra. Maria do Carmo Lara Perpétuo, Prefeita Municipal de Betim; Alan Jackson Alves Cabral, Chefe da Divisão de Educação Ambiental, representando o Sr. Jomar Carvalho do Amaral, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Betim; Márcio Roberto Lima, Coordenador de Controle Ambiental, representando o Sr. Jander Muniz Filaretti, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Contagem; Anderson Silva de Aguiar, Diretor de Licenciamento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Contagem; Maj. PM Agostinho Dias Lacerda, representando o Ten.Cel. Júlio César Rachel de Paula, Comandante do 33º Batalhão da Polícia Militar; Ten. Cel. João Batista de Souza, Comandante do 2º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar; Joaquim Eugênio Maciel Couto Vidigal, Diretor-Geral da Associação dos Moradores do Entorno da Várzea das Flores; Márcio Fagundes, Jornalista do "Hoje em Dia"; Cristina Oliveira, membro Conselho Municipal de Meio Ambiente de Contagem; José Aparecido Ribeiro, Presidente do Conselho Empresarial de Política Urbana da ACMinas; Ronner Gontjo, coordenador da Associação de Proprietários, Usuários e Amigos da Lagos de Várzea das Flores – Apua; Jeferson Rios, Presidente da Associação de Proprietários de Área de Várzea das Flores; e Almir Nogueira do Pinho, engenheiro; que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Ivair Nogueira e Rogério Correia, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2012.

Célio Moreira, Presidente - Sávio Souza Cruz - Délio Malheiros - Delvito Alves.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/3/2012

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposição da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.169/2011 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.626 e 2.121/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.585, 2.586, 2.587, 2.592, 2.596, 2.609, 2.622, 2.627 e 2.631/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para que o representante da Polícia Rodoviária Federal preste informações sobre os resultados da "Operação Carnaval 2012" e os preparativos, advertências e orientações para a "Operação Semana Santa 2012"; Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as medidas que minimizem os riscos de acidentes de trânsito nas proximidades do Colégio São Paulo da Cruz, no Bairro Barreiro de Baixo; Celinho do Sinttrocel (3) em que solicita seja encaminhado à Setop pedido de providências para a pavimentação e manutenção da estrada que passa pelos Distritos de Manso,



Madureira, Santana do Alfié e Chapada, importante ligação do Município de São Domingos do Prata a Antônio Dias, seja encaminhado ao DNIT pedido de providências para que realize obras para recuperação da BR-758, no trecho entre Belo Oriente e Açucena e seja realizado debate público sobre a realidade e as perspectivas do setor de transporte no Estado de Minas Gerais; Célio Moreira e João Vitor Xavier (2) em que solicitam seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que viabilize junto à Saritur Turismo o atendimento das solicitações registradas pelos usuários na audiência pública realizada no dia 29/2/2012, em Caeté, e seja encaminhado à Setop e ao DER-MG cópias de abaixo-assinados e do DVD referente às ocorrências retratadas na audiência pública de 29/2/2012 e pedido de providências para que a empresa Saritur cumpra o que está disposto no Decreto nº 44.603/2007. Rejeitado o requerimento dos Deputados Célio Moreira e João Vitor Xavier em que solicitam sejam enviadas as notas taquigráficas da audiência pública de 29/2/2012 aos Promotores Públicos Dr. Felipe Gomes de Araújo e Dra. Andreia Maria Bahury, da Comarca de Caeté, a fim que o Ministério Público promova um termo de ajustamento de conduta com o DER-MG e a Saritur Turismo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2012.

Carlin Moura, Presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o furto de gado e de equipamentos agrícolas no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2012.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Márcio Eli Almeida Leandro para o Cargo de Diretor-Geral do Iter-MG

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marques Abreu, Rogério Correia, Adalclever Lopes e Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2012, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 57/2012, do Governador do Estado, de proceder à arguição pública do indicado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de março de 2012.

Hely Tarquínio, Presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 22/3/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Ivair Nogueira em que notifica sua ausência do País no período de 3 a 15/4/2012. (- Ciente. Publique-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas pelos 35 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.306/2012, do Deputado Carlin Moura);

de apoio (a ser encaminhada à Presidência do Senado Federal) ao Projeto de Lei nº 278/2009, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere aos conselhos tutelares (Requerimento nº 2.389/2012, da Comissão de Participação Popular);

de aplauso (a ser encaminhada ao Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária e ao Fórum Mineiro de Economia Popular) pelo transcurso do Dia Nacional da Economia Solidária (Requerimento nº 2.390/2012, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com a Vale pelos crescentes investimentos realizados em Minas Gerais e por ter o Estado como seu principal fornecedor no Brasil (Requerimento nº 2.490/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);



de congratulações com a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.491/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a estudante Mariana Silva Vilas Boas pela aprovação no curso de Medicina em 11 instituições do País (Requerimento nº 2.492/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Três Marias pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.493/2012, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Associação Médica Regional de Curvelo pelos 59 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.494/2012, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. John Reginald Cotrin, fundador de Furnas e seu primeiro presidente, reconhecido nacional e internacionalmente como protagonista e incentivador do desenvolvimento do setor elétrico brasileiro (Requerimento nº 2.495/2012, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com a família de Aroldo Tourinho pelo centenário de seu nascimento (Requerimento nº 2.498/2012, do Deputado Tadeu Martins Leite);

de congratulações com a Direção e a Coordenação Pedagógica do Colégio São Paulo da Cruz pelos 60 anos da chegada dos padres passionistas ao Barreiro e 50 anos da criação desse colégio em Belo Horizonte (Requerimento nº 2.499/2012, da Comissão de Transporte);

de congratulações com a comunidade de Capelinha pelos 99 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.530/2012, do Deputado Gustavo Corrêa);

de congratulações com a comunidade de Marmelópolis pelo 49º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.533/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Itapeva pelo 49º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.534/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Inconfidentes pelo 49º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.535/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Conceição das Pedras pelo 49º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.536/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Itajubá pelo 193º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.537/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Monte Sião pelo 163º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.538/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Ouro Fino pelo 263º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.539/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Buritis pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.541/2012, do Deputado Gustavo Corrêa);

de congratulações com a comunidade de Arinos pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.542/2012, do Deputado Gustavo Corrêa);

de congratulações com a comunidade de Piranguçu pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.543/2012, do Deputado Gustavo Corrêa);

de congratulações com a comunidade de São Sebastião da Bela Vista pelo 49º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.588/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Sra. Mônica Miranda, jornalista, por sua posse na Presidência da Associação Brasileira Comunitária para Prevenção ao Abuso de Drogas (Requerimento nº 2.591/2012, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Vale pelos excelentes resultados socioeconômicos alcançados em 2011 (Requerimento nº 2.595/2012, da Deputada Rosângela Reis);

de aplauso à Prefeitura Municipal de Catas Altas pela administração 2009-2012 (Requerimento nº 2.617/2012, do Deputado Fred Costa);

de congratulações com os Srs. Lavater Pontes Júnior e Divino de Paula Peres, respectivamente, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Tapira, pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.621/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a Fundação João Pinheiro pelo 20º aniversário da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (Requerimento nº 2.671/2012, da Comissão de Educação);

de congratulações com a equipe da ONG Vivacão pelo sexto aniversário de sua fundação (Requerimento nº 2.684/2012, da Comissão de Meio Ambiente).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 20/3/2012**

O Sr. Presidente - A Presidência passa a palavra à dinâmica Deputada Luzia Ferreira, representante do PPS nesta Casa, ex-Vereadora, ex-Presidente da Câmara, colega e futura Prefeita interina de Belo Horizonte. Com a palavra, a Deputada Luzia Ferreira.

A Deputada Luzia Ferreira - Sr. Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., obrigada. V. Exa. também já trilhou esses caminhos da Câmara Municipal e tem sempre a situação muito vinculada à nossa Capital.

Quero cumprimentar todos e todas que estão nos ouvindo em casa. Início o meu pronunciamento falando também sobre os investimentos do governo federal na infraestrutura de Minas Gerais, e a propósito, na infraestrutura rodoviária do metrô de Belo Horizonte, porque esse tema sumiu das discussões. Foi até oportuno que, antes de iniciarmos esta fala, aqueles que nos apartearam aqui, por meio de questão de ordem, tenham lembrado também esse grave acidente na BR-040, onde morreram 16 pessoas. Esse assunto, juntamente com o da BR-381, do Anel Rodoviário, que também é de responsabilidade do governo federal, e do metrô de Belo Horizonte, tem ocupado boa parte dos debates. Aliás, é uma preocupação por parte de todos os partidos e parlamentares e não somente de quem é da Oposição ou da Situação. Toda esta Casa tem uma agenda prioritária para discutir esses assuntos. A falta de uma boa infraestrutura rodoviária, além de representar dificuldades para quem produz no Estado e escoar a sua produção, traz mortes.

Na semana passada, vimos a tristeza das famílias dos 16 trabalhadores do Vale do Aço que perderam suas vidas em razão de um único acidente - aliás, a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Luiz Carlos Miranda falaram sobre esse assunto. De uma única vez perdemos ali 16 vidas, 16 trabalhadores.

Mas o importante não é só a questão da duplicação. O jornal "Estado de Minas" traz hoje uma matéria interessante mostrando que também não há fiscalização nas rodovias federais e que a carreta que provocou o acidente levava uma carga acima do peso normal, com dimensão maior. Quer dizer, ocupava ou excedia em meio metro a pista de rolamento. Então, carregava uma carga inadequada para trafegar numa rodovia que não é duplicada, mas sim de uma pista só. Além disso, sabemos que muitos acidentes são oriundos do excesso de velocidade. Nesse final de semana, conversava com caminhoneiros que me disseram que pensam muito ao trafegar pelas rodovias federais porque há carretas de 10 eixos trafegando a 120km por hora. Portanto, estão inadequadas também do ponto de vista do uso e de uma fiscalização efetiva para coibir esses abusos, que, conforme sabemos, normalmente estão vinculados a mortes e perdas de vida.

Quero trazer aqui esse assunto, neste momento em que essa tragédia acontece, para relembrar aos companheiros, aos Deputados, às Deputadas e a esta Casa, com a sua força institucional, que é preciso retomarmos essa agenda.

Não temos conseguido até hoje, Deputados Adelmo, Ulysses Gomes, Durval Ângelo, Carlin Moura e Rômulo Viegas, sensibilizar o governo federal sobre a urgência desses investimentos. Retomo a questão do metrô. Daqui a pouco, darei a palavra aos oradores. O governo do Estado e a Prefeitura conversaram, depois de um longo processo de negociação com o Ministério das Cidades e a Presidenta Dilma, tentaram buscar um arranjo que viabilizasse os investimentos para a expansão do metrô, não apenas para Belo Horizonte, como também para a Região Metropolitana. Isso aconteceu no ano passado. O Ministério das Cidades disse que estava de acordo em criar uma parceria, uma PPP, em que uma parte dos recursos seria bancada pela Prefeitura, outra pelo governo do Estado - uma parte por meio de um financiamento do BNDES, contratado pela Prefeitura com o governo do Estado. Nesse meio tempo, seis meses depois, vimos a Presidenta indo ao Ceará para anunciar verbas para o metrô, depois foi a Pernambuco, também anunciar verbas para o metrô. Onde estão as verbas do metrô de Belo Horizonte, da Região Metropolitana? Isso também sumiu do noticiário e da agenda federal. Embora, repito, grande parte dos recursos sejam bancados pelo Estado e pela Prefeitura com a iniciativa privada. Mesmo assim, até hoje, não temos a publicação disso. Dizem que estão aguardando a publicação de uma portaria. Tem até um número, Portaria nº 48 do Ministério das Cidades, para que o governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte possam dar sequência aos entendimentos e ao projeto executivo do metrô, até mesmo licitar a obra. Então, quero manifestar essa preocupação e fazer, de público, essa cobrança.

O metrô é fundamental para resolver a questão da mobilidade urbana, do tráfego, do trânsito e dar dignidade a milhares de pessoas que, diariamente, deslocam-se para o trabalho e para o estudo na Região Metropolitana, que hoje tem 4.800.000 habitantes vivendo unidos. O metrô pode proporcionar um transporte de qualidade para essas pessoas. Se queremos resolver também o problema dos congestionamentos das nossas ruas, precisamos ter um transporte de massa, que transporta muitas pessoas ao mesmo tempo. Ele resolverá muitos problemas, os dilemas que batemos no dia a dia da administração pública. O metrô de Belo Horizonte é um caso de estudo no mundo: foi iniciado há 30 anos e até hoje não foi concluída a primeira parte, a Linha 1. Essas são as preocupações. São investimentos para os quais temos necessariamente de contar com o governo federal. Não temos tido o olhar da mineira Dilma Rousseff, que disse tanto em sua campanha que era mineira, belo-horizontina, e de fato é, para ajudar o Estado. Mas não é ajudar o Governador Anastasia, não é ajudar o Prefeito Márcio Lacerda. É para ajudar o povo de Minas Gerais a ter uma vida mais digna, porque o governante governa para a população, e não para apoiar ou trazer investimentos para um Estado governado por um partido da Oposição, para um Prefeito, aliás, que é aliado. É bom dizer isso aqui, do PSB, aliado do governo. Isso também não está bastando, mas quero reiterar que, nos oito anos do governo Lula, quando foi administrado por Prefeito do PT, Fernando Pimentel, também não houve investimento para o metrô. Então há uma cisma do governo federal com Belo Horizonte, com a Região Metropolitana. Não consigo entender o motivo de tanto desleixo, de falta de vontade política com o nosso Estado e a nossa Capital.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputada Luzia Ferreira. V. Exa. já tem grande experiência como Vereadora na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Fez um brilhante trabalho lá e agora traz essa experiência para o Parlamento

mineiro, como Deputada Estadual. V. Exa. sempre abrilhanta o nosso Plenário, trabalhando muito por Belo Horizonte e pelas cidades da Região Metropolitana, pelas quais tem um carinho especial, e todo o Estado de Minas Gerais.

V. Exa. aborda um tema de muita importância e preocupante. Já há alguns anos, estamos reivindicando isso. Minas Gerais foi assolada por muitas enchentes recentemente, e estamos aguardando recursos; mas ficamos muito preocupados com informações que nos chegam por meio da mídia. Uma reportagem do jornal “Hoje em Dia”, Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, e Sr. Vice-Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, diz que o Brasil doou 50 milhões para reconstruir a cidade de Biser, no Sul da Bulgária, assolada por uma enchente. O pai de Dilma era búlgaro, e a Presidente visitou o país em 2011, ou seja, o Brasil está emprestando dinheiro até para a Bulgária para resolver problemas de enchentes, e Minas Gerais encontra-se com problemas seriíssimos de infraestrutura. Nossas estradas federais estão em péssimas condições.

O governo está aí há nove anos. Dizem que o PSDB ficou oito anos e também não fez, mas o atual está aí há nove. Estamos realmente precisando de um carinho diferenciado do governo federal para Minas Gerais.

Outra matéria importante foi a do jornal “Estado de Minas”. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ela mostrou a diferença entre recursos aplicados por habitante em Minas Gerais e os dos Estados cujos governantes apoiam o governo federal. São diferenças de quase 300% ou 400%. É impressionante. Minas, Estado que tem impacto forte na balança comercial do Brasil, está aguardando algo mais positivo do governo federal. Muito obrigado pelo aparte de V. Exa.

A Deputada Luzia Ferreira - Obrigada, Deputado. Aliás, gostaria de dizer que estive em Ubá, na sexta-feira, e lá me encontrei com várias lideranças de Guidoal, cidade vizinha de Ubá e devastada durante as enchentes. Até hoje eles aguardam socorro para refazer a infraestrutura urbana destruída. Então é no mínimo estranho que o Brasil esteja subsidiando a reconstrução de cidades em outros países. É muito estranha essa informação trazida pelo senhor por meio dessa nota.

O Deputado Delvito Alves (em aparte) - Obrigada, Deputada. Primeiramente gostaria de parabenizá-la por ter assumido hoje a Vice-Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa. Tenho certeza de que V. Exa. dará grande contribuição.

Por outro lado, ouvi atentamente a manifestação de V. Exa. em relação ao acidente ocorrido na BR-040. Também passo por aquele trecho próximo a Felixlândia constantemente - praticamente todos os finais de semana. Ali nos deparamos constantemente com gravíssimos acidentes. Primeiro, por existirem vários postos de gasolina na região. São veículos que, às vezes, saem dos postos de forma desatenta e acabam provocando grandes acidentes, como o que aconteceu na última semana. Entendo, Deputada, que as autoridades públicas constituídas devem observar muito aquele trecho, onde ocorre o maior número de acidentes da BR-040, que liga Belo Horizonte a Brasília. Essa é a minha observação. Obrigado.

A Deputada Luzia Ferreira - Muito obrigada. Como o senhor faz parte da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, hoje espero que sejamos parceiros para discutir os projetos que tramitam nesta Casa e também os assuntos referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável de Minas Gerais.

Então, Deputado Carlin Moura, e o nosso metrô? V. Exa., que pretende ser Prefeito de Contagem, tem um problema, um desafio para a sua campanha.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputada Luzia Ferreira, felicito e parabeno V. Exa. pelos dois temas importantíssimos tratados por V. Exa.

O primeiro diz respeito à importância e à urgência do nosso metrô, veículo de transporte popular, barato e seguro para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. V. Exa., que é uma profunda conhecedora da realidade e das demandas belo-horizontinas, sabe que essa cidade depende da convivência com seus vizinhos, como Contagem e Betim. A necessidade do metrô e de sua expansão até Betim é realmente fundamental.

Nós precisamos, sem dúvida alguma, unir forças para que essa obra se viabilize o mais breve possível. É a chamada convergência de governanças. O metrô é uma solução que passará pelo aporte do governo federal, pela parceria do governo do Estado, que já está envolvido, e pela parceria dos Municípios envolvidos - Belo Horizonte, Contagem e Betim. Precisamos permanentemente discutir o tema, porque isso depende da força política dos mineiros. Parabeno V. Exa. por tratar esse tema com muita maestria.

Por fim, quero transmitir minhas condolências às famílias das vítimas do acidente ocorrido perto de Curvelo. Esse acidente demonstra como nossas estradas estão mais cheias a cada dia, com mais veículos de passeio e de carga. É o fruto do crescimento econômico e precisa da responsabilidade de todos. Precisamos de infraestrutura adequada nas estradas, mas precisamos também da responsabilidade dos motoristas, além da presença da Polícia Rodoviária Federal. Recentemente estivemos com o Superintendente dessa polícia, que vem fazendo um trabalho brilhante no Estado, mas que precisa aumentar o seu contingente. No dia 2 de abril, segunda-feira, receberemos o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, que vai expor as ações da polícia no Estado e fazer a previsão para o feriado da Semana Santa. Parabeno V. Exa. pela iniciativa.

A Deputada Luzia Ferreira - Agradeço seu aparte, que muito enriqueceu nosso debate. Para concluir, o PPS entrou hoje com uma Adin no STF para anular a decisão do TSE que proibiu a manifestação pelo twitter nessa pré-campanha. Isso é um cerceamento da liberdade de expressão, prevista na Constituição. O TSE, ao normatizar, também está legislando, e como legisladores temos que reagir toda vez que um órgão que não tem esse poder faz isso em nosso nome. Entramos hoje com uma Adin para declarar a inconstitucionalidade dessa regulamentação, porque o twitter é uma forma de comunicação em que as pessoas têm de se cadastrar para seguir determinada pessoa. Portanto é como se estivéssemos falando ao telefone e nos proibissem de fazê-lo com um amigo porque somos pré-candidatos. Acima de tudo, temos de zelar. Uma coisa é fazer campanha antecipada, organizar campanha publicamente, o que a lei veda; outra coisa é uma regulamentação no vazio, querendo cercear a manifestação e livre expressão nesse meio de comunicação. Deixo registrado que hoje o Diretório Nacional do PPS entrou com uma Adin para questionar e declarar a inconstitucionalidade dessa regulamentação. Isso interessa a todos nós. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, caríssimos parlamentares, amigos da galeria, TV Assembleia, assessores e todos que nos acompanham nesta reunião ordinária, iniciando os trabalhos do Parlamento desta semana, boa tarde. Sou obrigado a iniciar fazendo uma reflexão. Essa não foi a primeira vez nem será a última em que um parlamentar pede a palavra para relembrar o sentimento por vítimas de acidentes nas nossas rodovias. Perdemos a conta, pois, tantas e tantas vezes, ao iniciar os nossos trabalhos, reverenciamos com tristeza as vidas ceifadas por acidentes de trânsito em nossas rodovias federais.

Quero me unir também, mais uma vez, a todas as famílias do Vale do Aço em sua dor pelas vidas ceifadas. Essas famílias estão entristecidas e órfãs, e, até agora, nenhuma resposta concreta, vinda do governo federal, pudemos dar-lhes. Reiteradas e reiteradas foram as oportunidades que os parlamentares tiveram para isso, em audiências públicas e com visitas às estradas, mas em nenhum momento o governo federal sequer se dignou a dar-nos uma sinalização. Essa, sem dúvida alguma, é uma demonstração de descaso que pesa no sentimento do parlamentar. O que nos será apresentado e o que responderemos ao nosso povo mineiro? A quem recorrer para buscar uma solução efetiva, rápida e respeitosa? Ao governo federal? Ao contrário; para tudo o que debatemos aqui, relacionado às nossas rodovias, temos solicitado ações ao governo federal. E em nosso dia a dia sempre recebemos respostas negativas, por falta de planejamento e de respeito, particularmente com Minas Gerais, porque este Estado, com certeza, encontra-se no segundo, terceiro ou décimo planos do governo federal, no que se refere ao atendimento as nossas reivindicações.

Deputado Rômulo, lamento muito, pois esse sentimento de perda continuará, e não temos, em nenhum momento, nada a dizer a essas famílias, a não ser transmitir-lhes o sentimento, a solidariedade e o conforto. Tantos e tantos foram os nossos requerimentos com esse objetivo, haja vista o caso do Viaduto das Almas, cuja obra demorou vários anos para chegar ao final. E as nossas rodovias federais continuam sendo palco das vidas ceifadas por acidentes, devido à falta de sinalização, de adequação lógica e legal, do próprio governo federal, para propiciar sua trafegabilidade com segurança.

Há poucos dias, com a participação dos senhores, protocolei aqui na Casa a abertura de uma comissão especial em defesa das famílias que sofrem, lamentavelmente, pelas mortes no trânsito. Precisamos ouvi-las e saber efetivamente se os processos estão em andamento, se foram punidos os culpados e se o governo federal tem ciência do que ele tem causado ao Estado de Minas Gerais: uma continuidade de mortes, que é um verdadeiro clamor público - hoje já é clamor público. O que tem acontecido em nossas rodovias federais, por onde temos andado, não é culpa da Polícia Federal, nem de falta de planejamento ou de aumento do tráfego de caminhões. Mas é culpa de quem tem a responsabilidade por essas rodovias. Neste momento em que procuramos instalar essa discussão com mais abrangência, quero trazer as famílias aqui, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério dos Transportes e da Justiça, para saber se eles conhecem a dimensão desse problema.

Há quantos anos estamos usando esse microfone para falar da situação das nossas rodovias? É lamentável que esta tribuna seja ocupada, mais uma vez, para falar desse assunto e cobrar do governo providências enérgicas nesse teor.

Quero pedir ao nosso Presidente Dinis Pinheiro que coloque em votação esse requerimento para que, por meio da Comissão de Segurança Pública, da Comissão de Transporte e de todos os Deputados, consigamos ter uma noção do porquê de tantos acidentes estarem ocorrendo. E aqui se lamenta e se cobra, mas não alcançamos resultados.

Ouçó, com muito prazer, o ilustre Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa., nesta tarde de terça-feira, no Plenário desta Casa, no Parlamento mineiro, coloca sua preocupação, de forma bem expressiva, e vale a pena refletirmos. Além das graves mortes, dos graves acidentes que assolam nossas estradas federais, há o problema da logística. V. Exa., como Vice-Presidente da Comissão de Indústria - aliás, já solicitou audiência pública nesta Casa para discutirmos com a Fiemg o problema sério da desindustrialização do Brasil -, sabe que um dos problemas, um dos gargalos do nosso desenvolvimento, é a nossa logística, a nossa infraestrutura. Os investidores, quando vêm ao Brasil, precisam de estradas bem conservadas e com bom fluxo de trânsito; mas, lamentavelmente, de uns anos para cá, isso caiu de forma expressiva.

Deputado Inácio Franco, Deputado Duílio de Castro, estamos observando que a cortina do espetáculo do crescimento está sendo rasgada. O PAC, de acordo com o Contas Abertas do "site" do governo federal, mostra que a aplicação desses recursos não atinge 40% do que foi anunciado, badalado, do que foi apresentado na mídia. Houve muito "marketing", muita informação midiática, mas os recursos ficaram empacados. Se fizermos uma pesquisa nas Prefeituras brasileiras, V. Exa. vai se assustar com os resultados. Há um enorme número de convênios assinados com a rubrica do governo federal, e a Caixa Econômica Federal não está liberando os recursos. As construtoras que fizeram as respectivas obras estão querendo receber dos Prefeitos, tornando o quadro muito triste e lamentável. São obras prontas, sem condições de serem pagas a quem as executou.

No quesito relativo a nossas estradas, as mortes estão acentuadas. Isso nos preocupa muito. Preocupa porque observamos que os partidos que apoiam o governo alardeiam que encontrarão soluções, que vão apresentá-las ao governo federal e ajudar Minas; mas, até agora, nada, absolutamente nada. É lamentável.

É lamentável vemos que o governo federal não colocou recursos na saúde. A Emenda nº 29 deixou só para os Estados e Municípios pagarem as contas. Então, caros Deputados Inácio Franco, Dalmo Ribeiro Silva e Duílio de Castro, estamos acreditando que a tendência é piorar. Estamos a quatro meses das regras eleitorais. Não se assinam convênios em curto espaço de tempo. Os Prefeitos não poderão inaugurar essas obras, muito menos iniciá-las. O que nos resta é pedir ao grande líder, Senador Aécio Neves, que continue fazendo o seu trabalho. A desculpa que se dá é que Aécio é oposição. Mas nem os partidos da Situação que apoiam o governo federal não conseguem apresentar uma solução; então, a situação é de assustar. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Para finalizar esse tópico, tenho certeza, como manifestou V. Exa., que o nosso grande líder, Senador Aécio Neves, está fazendo um planejamento para apresentar ao Ministério, junto com o Ministro Fernando Pimentel, que é de Minas também, para dar ciência da real situação, pois o Estado de Minas Gerais está sendo esquecido. Aqui o sentimento maior é de mineiridade. As palavras são do próprio Senador Aécio: vamos buscar Minas junto ao governo federal para que sua dignidade seja restabelecida.



Portanto, quero me associar às palavras de V. Exa. e falar sobre a reunião especial realizada na quinta-feira passada, neste Plenário, que contou com a presença de grande público feminino, para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Foi uma solenidade bonita, com vários pronunciamentos, sob o comando do nosso Presidente, Dinis Pinheiro. Toda a bancada feminina estava presente. Na ocasião, ouvimos as preocupações relativas à agressão à mulher, à família, aos filhos. Na esteira desse pensamento, já está à ponta a comissão que irá tratar desse assunto no Estado de Minas Gerais, criada por meio de nosso requerimento, com o objetivo de discutir a violência contra a mulher. É importantíssimo conhecermos as estatísticas e as ações promovidas pelo Ministério Público, pelo juizado. O que temos a contribuir nesse momento importante e apreensivo? A agressão contra a mulher é instada todos os dias no lar, na família, na própria sociedade. A comissão tem a finalidade de obter um identificador, uma forma de mensurar essa situação. O que podemos fazer? Sabemos que a UFMG tem um trabalho que poderá contribuir muito e facilitar o trabalho das varas judiciais da família, da mulher e de todos aqueles que defendem as mulheres mineiras. A comissão quer dar uma atenção especial às mulheres do nosso Estado.

Sob a Presidência do Deputado João Leite, sustentamos, mais uma vez, a efetivação da nossa cadeia pública, para fazer parte da Suapi. Fizemos uma audiência pública em Ouro Fino, e uma das reivindicações da comunidade foi a assunção da nossa cadeia pela Suapi e a sua transformação de seccional a regional. V. Exa. é um profundo conhecedor da segurança pública e sabe o quanto é importante a cidade de Ouro Fino, que agrega cinco, seis Municípios, ter uma prestação imediata de serviços nessa área. Renovamos nosso apelo ao novo Secretário Rômulo Ferraz, em nome da minha cidade de Ouro Fino, para que isso ocorra e tranquilize todas as famílias. Isso foi objeto da audiência pública que realizamos para ouvir toda a sociedade quanto à transformação de seccional para regional na Comarca de Ouro Fino. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é com muita tristeza que venho hoje para falar de dois assuntos. O primeiro deles se refere ao falecimento do companheiro que cuidava do nosso “marketing”, da nossa imagem no gabinete, o jornalista Carlos Mattos. Gostaria de ler uma mensagem do nosso gabinete ao povo mineiro, que certamente perdeu uma pessoa de grande carisma. (- Lê:)

“É com muita tristeza que dividimos com os mineiros e, principalmente, com a população sete-lagoana o sentimento de perda de um integrante da nossa equipe de trabalho, o jornalista Sr. Carlos Mattos. Hospitalizado há 24 dias, ele veio a falecer na noite de domingo, deixando três filhas, esposa, irmãs, irmãos, outros familiares e, claro, toda uma legião de amigos e colegas de trabalho, que muito o admirava pela sua conduta pessoal e profissional.

Carlos Mattos, nascido em 11/10/39, cidadão norte-mineiro, natural de Januária e morador de Prudente de Moraes, deixa sua marca nos meios políticos e na imprensa de Minas, especificamente de Sete Lagoas, com sua importante atuação em assessoria de imprensa e “marketing” político. Ocupou cargos importantes em administrações municipais, como Secretário de Saúde do Município de Januária e Secretário de Administração de Sete Lagoas, na gestão do então Prefeito Ronaldo Canabrava. Ultimamente, além de assessorar o meu gabinete, escrevia para o “Jornal Tribuna”, de Sete Lagoas.

Perdemos um profissional exemplar e, sobretudo, um homem admirável, amigo e companheiro. Com certeza, as lembranças permanecerão na memória de todos nós, que tivemos a feliz oportunidade de conviver com uma pessoa alegre e competente como o Sr. Carlos. Por ter presenciado parte da trajetória brilhante do meu assessor de comunicação, que sempre soube tomar decisões e nos aconselhar de forma sábia e sensata, afirmo, com convicção, que ninguém é insubstituível, mas a perda é irreparável. Nossas condolências à família do Sr. Carlos e a toda população de Minas Gerais.”

Sr. Presidente, também gostaria de tratar novamente de outro assunto triste nesta Casa. Trago alguns dados estatísticos sobre drogas da nossa região Central, principalmente da região de Sete Lagoas. Atualmente, temos vivido situações caóticas, e a população tem medo de sair às ruas. Infelizmente, o “crack” é a droga mais consumida nos dias de hoje e, com certeza, Srs. Deputados, ela não tem limite e não sabemos aonde vai chegar. Na verdade, já vivemos numa guerra e, talvez, não conheça algo que mate tanto, como o “crack”. É normal que dependentes dessa droga adoçam, porque em apenas 10 segundos ela é absorvida no pulmão e chega ao cérebro. Ou seja, após 10 segundos começa a fazer efeito, que dura de 3 a 10 segundos. Portanto, o efeito é tão rápido que acaba gerando uma necessidade muito grande de retornar ao uso da droga. Isso faz com que seja consumida cada vez mais, tornando seus usuários muito viciados e dependentes.

Sr. Presidente, tenho aqui alguns números e gostaria que as pessoas pudessem conhecê-los. Trouxe alguns dados estatísticos da cidade de Sete Lagoas, que não são diferentes dos do nosso Estado nem do nosso país. Referência dos dependentes químicos por faixa etária: de 1 a 12 anos - 1% consome a droga; de 13 a 18 anos - 22%; de 19 a 15 anos - 36%; de 25 a 30 anos - 24%; e acima de 35 anos - 17%. Isso é referente ao sexo feminino. Do sexo masculino, 0,8% das crianças de até 12 anos consome drogas; 28% de 13 a 18 anos; e 25% de 19 a 25 anos.

Por que quero chamar a atenção, Sras. Deputadas e Srs. Deputados? Quase 60% do consumo da droga está na faixa etária de 13 a 25 anos de idade. Isso está fazendo com que nossos jovens morram. Estamos vivendo uma guerra; estamos vendo nossos jovens morrerem em uma guerra e não fazemos nada. Precisamos mobilizar a sociedade, os governos estadual e federal - acho que este é o principal, por ter a maior fatia, a responsabilidade de mover políticas públicas de combate, repressão e principalmente de prevenção -, mas muitas vezes não há ações para isso. Estamos vendo os jovens morrerem cada vez mais, infelizmente em razão da facilidade de se tornarem dependentes.

Fico mais triste quando vejo a situação. Tenho alguns dados - não dará tempo para ler todos, Sr. Presidente - importantes para as pessoas conhecerem: 60% da droga consumida hoje no País é o “crack”. Deputado Rômulo Viegas, 60% é o “crack”. Depois estão a cocaína, 15%, e a maconha, 26%.

Antigamente falavam que chegaria um tempo em que não poderíamos sair à noite. Esse tempo chegou e já ficou para trás, Sr. Presidente. Estamos num tempo em que nem durante o dia podemos sair, dada a quantidade de dependentes químicos, de drogados, de



doentes nas ruas. Se saímos, muitas vezes somos assaltados, intimidados, coibidos do nosso direito de ir e vir, que está no art. 5º da Constituição brasileira. Não temos políticas públicas, estamos vendo nossos jovens morrerem.

É importante discutirmos isso porque a droga hoje está nas casas, está em nosso lar, nas escolas, nas cidades grandes e pequenas, na zona rural, perto do vaqueiro, em todo lugar. A situação do “crack” hoje no País, infelizmente, é insustentável. Deixo um alerta para o governo federal: o governo federal chegou ao ponto de pagar 125 mil benefícios a vítimas da droga, para reflexos da droga, e 60% em decorrência do “crack”. É muito dinheiro gasto, o governo federal gasta muito dinheiro para tratar o doente, mas não gasta nas ações preventivas para evitar que nossos filhos adoeçam.

Recentemente, na Comissão de Defesa do Consumidor, fui além: apresentei um requerimento para discutir o direito de ir e vir do cidadão. Hoje, no Centro de Belo Horizonte, não temos mais direito de ir e vir. O comerciante não tem direito de ir e vir, não tem direito de trabalhar, de abrir suas portas. Ele paga imposto, mas, infelizmente, não tem direito de trabalhar. Não temos direito de fazer compras, de andar nas ruas da cidade, porque somos coibidos, intimidados, assaltados. Não é porque as pessoas são más, é porque estão doentes e precisando de tratamento. Precisamos buscá-lo e criar políticas públicas tanto para repressão quanto para prevenção, a fim de podermos dar o direito de viver a essas pessoas. Infelizmente, não vemos essas providências por parte do governo federal.

Quando da construção do orçamento da União, esperávamos que o governo, com a grande guerra que estamos vivendo, separasse uma fatia dos recursos para investir na prevenção e no tratamento. Esperávamos também que ele atacasse a causa, uma delas a educação, no entanto ele simplesmente cruza os braços. A responsabilidade da busca de recursos financeiros é da União para custear a educação. Falo em custeio para essa área porque não há projetos para esse segmento, Deputado Rômulo Viegas. Não há dinheiro para custear projetos. Quando falo em educação, estou falando em melhorar salários para educadores, trazer segurança, logística e informatização para as escolas. Se a educação não tiver um financiamento independente, não há como melhorá-la. O dinheiro dos orçamentos dos Municípios e do Estado não é suficiente para essas ações.

Não adianta o governo impor o piso, pois cada Estado e cada Município têm as suas vantagens separadas. Muitas vezes o piso que se impõe para Prefeituras e para Estados não é possível pagar. O que precisamos é de uma política pública de responsabilidade, que encontre financiamento para a educação, seja por meio do pré-sal, seja por meio dos “royalties” dos minérios, seja por meio da taxação das grandes fortunas. O que precisamos é encontrar quem financiará a educação. Não há outro caminho. Se não tivermos recursos, não conseguiremos melhorar a qualidade do ensino e não teremos um lugar para esses jovens e crianças estudarem, ficarem o dia inteiro na escola, para que as mães possam deixar os filhos na escola e, à tarde, após um dia de trabalho, buscá-los e saber que estão bem-cuidados. Um dos caminhos é a educação, e não vemos ações nesse sentido.

Chamo a atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados para o fato de precisarmos fazer pressão, cobrar do governo para que faça a sua parte e busque esse financiamento no âmbito do Ministério da Educação e para que tenhamos condições de fazer projetos, dar condições aos profissionais da educação de fazerem um melhor trabalho, com remuneração mais justa, com segurança e condições de trabalho melhores nas escolas. Precisamos, assim, buscar dinheiro, fabricá-lo.

Estou falando hoje da educação, mas temos um outro setor que precisa muito de um financiamento independente também: o da saúde. São dois setores que precisam de financiamentos independentes, recursos específicos para trazerem resolutividade. Se isso não ocorrer, nada adiantará. Ficaremos trocando bananas, fazendo discursos, cobrando do governo federal, que, muitas vezes, não faz a sua parte. Ele tem o poder de agregar, de chamar esse debate para si, pois esse é o seu papel; tem condições de chamar a sua base à discussão e achar uma solução. Esta é a nossa manifestação e a nossa cobrança para acharmos um caminho para resolver de vez o problema da educação e da saúde. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, que preside esta reunião, nós combinávamos, há pouco, a audiência pública que se realizará na próxima segunda-feira, que foi solicitada pelo Deputado Inácio Franco, para tratar do roubo de gado no Estado de Minas Gerais. Recentemente isso ocorreu, e há uma grande preocupação por parte do Deputado Inácio Franco. Portanto, na segunda-feira tal tema será discutido.

Deputado Rômulo Viegas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, Sr. Presidente, alguns assuntos me trazem hoje à tribuna. O primeiro deles, do qual eu gostaria de tratar, está relacionado à segurança pública. Na próxima sexta-feira, irei à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo para fazer uma palestra. Tive contato com alguns Presidentes de Comissões de Segurança Pública de outros Estados, e lá nós vamos propor um fórum permanente das Comissões de Segurança Pública das assembleias legislativas, especialmente as dos Estados que fazem divisa com Minas Gerais; portanto, inicialmente, um fórum com a presença das Comissões de Segurança Pública das Assembleias Legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. É interessante, pois contamos com um verdadeiro drama, conforme explicitado pelo Deputado Duílio de Castro, que é a questão das drogas, o tráfico de drogas. Deputado Rômulo Viegas, a região Sul de Minas Gerais está inscrita na rota caipira, que nasce no Paraguai, passa pelo Mato Grosso do Sul, entra em São Paulo e entra pelo Sul de Minas Gerais. Na região de Passos, em especial, há um aumento de violência e de homicídios impressionante, que está relacionado ao tráfico de drogas. Não adianta mais tentarmos discutir segurança pública, especialmente o enfrentamento do tráfico de drogas, olhando apenas para dentro de Minas Gerais, porque Minas Gerais não produz drogas, Minas Gerais não produz armas. Hoje mesmo eu conversava com o futuro Presidente da Comissão de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, Cabo Almi, que disse que não poderia assumir participação no fórum porque a Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul não tem Comissão de Segurança Pública. Vejam só, trata-se de um Estado para o qual estamos olhando com preocupação, especialmente por causa do tráfico de drogas. É por ali que entra a droga, por onde entram as armas do nosso país e não tem Comissão de Segurança Pública. Discutiremos também com os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, claro, Estados esses que estão muito animados para tratarmos de tal tema. Se imaginamos que, para enfrentar a questão da violência no País, precisamos da união de todas as forças de segurança, de defesa social, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Rodoviárias Estaduais, Polícias Civis e Militares, nós também, no Poder Legislativo, temos de discutir tal tema e nos unirmos aqui, em Minas Gerais, aos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Na primeira reunião desse fórum, nós queremos discutir o tráfico de drogas, assim como discutir a questão da rota caipira,



que traz essas drogas para Minas Gerais - especialmente para a Região Sudeste - e para o restante do País. Discutiremos também sobre o contrabando de armas.

Hoje, pela manhã, na reunião da Comissão de Segurança Pública, O Deputado Sargento Rodrigues dizia que droga e arma são irmãs siamesas, Deputado Rômulo Viegas, que elas caminham juntas: onde há armas, há drogas; onde há drogas, há armas. Então, a primeira discussão que queremos fazer nesse fórum será sobre o tráfico de drogas e o contrabando de armas.

A segunda discussão que faremos será sobre a população carcerária dos Estados. Ora, se o tráfico de drogas e o contrabando de armas são crimes federais, e temos no Estado de Minas Gerais aproximadamente 70% dos 60 mil presos, aos quais o Estado dá quatro refeições por dia, que custam, cada um, perto de R\$2.300,00, e 100% do custeio é do Estado de Minas Gerais, onde está a participação do governo federal? A maioria da população carcerária é referente a crime federal, que, como diz o art. 144 da Constituição Federal, é de responsabilidade federal. Onde estão os recursos? Onde está a participação federal? Então nós e as assembleias desses Estados iremos discutir sobre a população carcerária dos nossos Estados.

Veja o drama, Deputado Inácio Franco: recentemente o Estado do Espírito Santo, dado o número de presos do sistema penitenciário, chegou a colocar presos em contêineres. Presos cumprindo pena em contêineres. E 70% desses presos são do governo federal, que não faz absolutamente nada.

Então, estamos muito entusiasmados com esse fórum, que será permanente, para discutirmos essas questões e buscarmos efetivamente a participação do governo federal. O governo federal finge que não está acontecendo nada, e drogas e armas estão atravessando nossas divisas. Essa é uma responsabilidade do governo federal.

O Deputado Sargento Rodrigues mostrou um dado do encontro dele ontem com os policiais federais, na posse do novo Secretário de Defesa Social, Procurador Rômulo Ferraz, a quem desejamos todo sucesso à frente da pasta. Imaginem que a Polícia Federal tem hoje efetivo de 11 mil policiais para o Brasil inteiro, para cuidar de aeroportos, portos e fronteiras brasileiras. E que fronteiras? Estamos falando de Mato Grosso do Sul, Estado que ainda não tem comissão de segurança pública, e somos atingidos diretamente por essa situação em Minas Gerais. Vemos o grande esforço da nossa Polícia Federal e da nossa Polícia Rodoviária Federal, mas estamos vendo o total abandono da segurança pública e das estradas por parte do governo federal.

O jornal "Estado de Minas" traz hoje uma matéria impressionante contando os centímetros que separam uma carreta ao passar por outra nas nossas estradas. Fico imaginando que usamos essas estradas permanentemente, e estamos passando a centímetros dessas grandes carretas pelas nossas estradas.

Queria propor essa reflexão e também, Sr. Presidente, falar sobre uma questão que já estamos tratando, especialmente na Comissão de Assuntos Municipais. É o escândalo que está acontecendo em Minas Gerais em relação à alimentação escolar. Muitos falam que é merenda escolar, mas é alimentação escolar. Já tive oportunidade de representar a Assembleia no Conselho Estadual de Alimentação Escolar. O grupo de trabalho de uma operação denominada pelo Ministério Público de Operação Merenda Escolar contou com 40 policiais militares, 10 policiais civis de São Paulo, 42 Auditores Fiscais da Receita Estadual, 7 Promotores de Justiça de Minas Gerais e 2 Promotores de São Paulo, com mandados de busca e apreensão cumpridos em Varginha, Contagem, Campanha. Todas as Prefeituras são do PT. Interessante que a denúncia é que as sete empresas são acusadas de dividir entre si os Municípios na terceirização da merenda escolar, formando um cartel. Por exemplo, a Prefeitura de Varginha tem com a empresa investigada, Nutriplus, um contrato de cerca de R\$2.000.000,00.

Essa Nutriplus trabalha com as Prefeituras de Campanha, de Contagem e de Uberaba. A operação de busca e apreensão foi realizada pela Receita Estadual em unidades instaladas nas cidades de Varginha, Uberaba e Contagem. A empresa Nutriplus vem esclarecer que, apesar de ter participado de várias concorrências para a definição de fornecimento de alimentação escolar, em várias cidades onde surgiu a denúncia, em Ribeirão das Neves, que seria a primeira cidade a ser denunciada, acabou não vencendo essa licitação, esse certame.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quanto à alimentação escolar, é lamentável que as crianças das nossas cidades passem por essa possibilidade de haver desvio de alimento escolar. Deputados como o Bonifácio Mourão e o Rômulo Viegas, que, aliás, se encontram presentes e são ex-Prefeitos, sabem que a alimentação na escola é a única que muitas das nossas crianças têm. Aqui há uma denúncia. Documentos foram tomados nessas cidades. Estaremos acompanhando, porque é inaceitável se, efetivamente, pessoas estiverem roubando a alimentação escolar de crianças nas cidades de Varginha, Contagem, Campanha e Uberaba. A Assembleia Legislativa tem a responsabilidade também de fiscalizar os conselhos - aliás, estaremos oficiando aos conselhos de alimentação escolar para que nos expliquem.

Srs. Deputados, vejam a dificuldade de obtermos informações. Um dos inquéritos na Justiça da Prefeitura de Varginha corre em segredo de Justiça. Não conseguimos ter acesso porque é segredo. Na verdade, conseguimos da Comarca de Varginha. Há aqui a Nutriplus Alimentação e Tecnologia. Se alguém está roubando alimentação escolar de alunos do ensino fundamental, da pré-escola, de creches, ou seja, desviando alimento de criança, isso deveria estar escancarado para que a população de Minas Gerais o conheça.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado João Leite, estamos acompanhando com bastante atenção V. Exa., que sempre fala com muito equilíbrio e fundamento. Quanto a essa questão da alimentação escolar, V. Exa. disse muito bem. Realmente isso é fundamental, pois inúmeras crianças vão às escolas em razão não só do ensino e do aprendizado, mas também da alimentação. É extremamente lamentável que haja corrupção também nessa área. Até porque V. Exa. sabe que aquela alimentação com a nutrição que possui é fundamental para a saúde da criança, além de ser preventiva. Portanto precisa ser encarada com seriedade. Se há alguém desviando recurso escolar, podemos dizer que está cometendo um dos crimes mais graves de todos, que é crime contra a saúde pública e contra um direito fundamental da criança brasileira. E iremos até mais longe. Pela sua importância para a criança, a alimentação escolar tem um outro lado que precisamos considerar: que seja produzida no próprio Município. Quando é produzida e repassada por meio de empresas, abre-se espaço para a corrupção; mas, no próprio Município, estimula-se o produtor rural do Município. Em Governador Valadares, como Prefeito, fazemos isso, ou seja, produzimos 70% da nossa alimentação escolar. Recebíamos visitas a



torto e a direito com propostas das mais diversas para o fornecimento de alimentação escolar, sempre abrindo espaço para essa questão.

V. Exa. deve ter acompanhado, aliás todos acompanhamos, a matéria da TV Globo sobre a corrupção escancarada em hospital público da cidade do Rio de Janeiro. Ali se mostrou que a corrupção é tenebrosa, um verdadeiro câncer em todas as áreas, mas na área da saúde é ainda pior. Praticam corrupção com recursos destinados a hospital, com a alimentação destinada a hospital. As empresas corrompem os fornecedores e recebem percentuais de 10%, 20%.

Da mesma forma, V. Exa. está tratando de um assunto importante, sob todos os ângulos, da área da saúde preventiva. Parabenizo V. Exa. por, dessa tribuna, chamar a atenção sobre assunto tão importante e, ao mesmo tempo, tão lamentável.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão, pelo aparte. Sr. Presidente, não preciso de mais tempo. Fico com as palavras finais do nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão, que, com experiência própria, sabedor da importância da alimentação para as crianças, como eu e outros, repudia o desvio da alimentação escolar nessas Prefeituras.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, esse requerimento foi aprovado na Comissão de Minas e Energia e atende a um requerimento de minha autoria e do Deputado Adalclever Lopes. Nele solicitamos seja encaminhada à Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais cópia da denúncia do Sr. Wagner Luiz Macencini, operador local de crédito fundiário, requerendo que esse órgão se manifeste perante a Comissão sobre os fatos narrados e indique possíveis providências cabíveis ao caso.

Na verdade, o Sindicato dos Trabalhadores de Ervália, por meio do Sr. Wagner Luiz Macencini, operador local, vem informar o que se passa em relação ao mineroduto que irá cortar a região e prejudicará várias propriedades pelas quais passará. Sendo assim, ele se deparou com o seguinte caso: sendo operador de crédito fundiário, percebeu que as terras do crédito fundiário seriam prejudicadas pela passagem desse mineroduto. Ele aproveitou a audiência pública que discutia o assunto e pediu que intercedêssemos para que não houvesse prejuízo para os proprietários do imóvel.

Esse é um requerimento e um assunto importante. Realizei várias viagens ao interior do Estado. Há um mês, estive no Vale do Rio Doce, no Mucuri e no Jequitinhonha. Posteriormente, na outra semana, fiz também uma viagem bastante longa ao Norte de Minas e, recentemente, à Zona da Mata. Em todas as regiões do Estado, deparei-me com problemas sérios relativos à questão da agricultura familiar e outros de forma geral. As reclamações são grandes em relação à educação. Não é à toa que os professores fizeram 112 dias de greve e não tiveram seus problemas resolvidos. Quanto à saúde, os próprios Prefeitos reclamam muito do governo do Estado. Não há assistência do Estado em relação à saúde.

O Senador Aécio Neves, na época Governador, saiu devendo R\$4.300.000.000,00 e é réu hoje no Ministério Público por causa de recursos desviados da saúde pública e alocados provavelmente para fazer a Cidade Administrativa, “Brasília”, projetos pessoais de governo. Não estou dizendo que alguém roubou. Depois o pessoal pode ficar bravo.

Os trabalhadores rurais também reclamam muito. Minas vive de exportação de minério. Como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, é o “pibinho” de Minas, o PIB pequenininho que Aécio Neves deixou para o Prof. Anastasia. O PIB continua muito pequeno. Só cresce quando o preço do minério aumenta na China. Minas vive de “commodity” do minério, não tem planejamento. Disse isso na Zona da Mata, no Vale do Mucuri, e a concordância é geral. Um Prefeito da região – não direi de onde porque senão ficará sem receber um centavo de verba, pois a turma do governo é vingativa -, chamou-me a atenção dizendo que existe um bom projeto do Anastasia na cidade. Perguntei-lhe: “É mesmo, Prefeito? Que projeto é esse?”. Ele disse: “Minas sem Governo”. Esse realmente tem funcionado. É impressionante. O Minas sem Governo funciona na educação, na agricultura familiar e na reforma agrária. Enfim, não vemos a presença do Estado, não há planos para o seu crescimento. Não vou ao Sul de Minas há bastante tempo, mas V. Exa. é de lá, conhece bem a região e esse assunto. Não existe um projeto real de governo em Minas Gerais. O Estado está abandonado.

Na área da educação, o governo federal lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico - Pronatec -, que é maravilhoso e atenderá a 8 milhões de jovens. O que fez até agora a Secretaria de Educação para trazer esse programa para Minas? Absolutamente nada. O governo prevê apenas 100 mil vagas para o ensino tecnológico nesse programa lançado recentemente, que é apenas um projeto-piloto que não resolve o problema fundamental da falta de mão de obra qualificada. E isso ocorre por meio da geração de emprego e renda para os jovens. Não há por parte do governo nenhum programa real, salvo programas-piloto para o sistema educacional. Há propagandas na televisão, mas o caos permanece, os desalentos, a tristeza nas escolas públicas. Os professores andam tristes e decepcionados. Esse é o projeto Minas sem Governo.

A situação é a mesma na agricultura familiar. Eu e o Deputado André Quintão fizemos emenda para a Subsecretaria de Agricultura Familiar, porque o Subsecretário, coitado, está cheio de boa vontade, mas não tem recursos. Hoje, às 11 horas, a Presidente Dilma lançou um programa fundamental, o Programa Nacional de Educação no Campo, reconhecendo a necessidade de melhorar a educação no campo. Aqui, o Minas sem Governo não diz nada. É como se não houvesse diferença entre a educação no campo e na cidade.

Na Bahia, o pequeno produtor não paga juros do Pronafe, pois o Estado fez um projeto para incentivar a agricultura familiar e o assentamento da reforma agrária. Aqui não existe planejamento governamental de desenvolvimento regional, salvo exportação de minério. Os minerodutos cortam Minas Gerais afora, especialmente a Zona da Mata, com licenças concedidas adoidado. O Deputado João Leite participou de reunião conosco, e vimos que há licenças para lixo hospitalar vir do Rio de Janeiro para cá, com a alegação de que grandes empresas serão instaladas no Estado. Minas não tem governo, então podem instalar-se, porque dão licença à vontade.

Portanto, Sr. Presidente, esse projeto Minas sem Governo tem incomodado o povo de Minas Gerais. Citei alguns exemplos aqui, mas poderia citar ainda os Prefeitos desiludidos no que diz respeito à saúde pública. Outro exemplo: a Emater está acabando. Não sei se os Deputados estão indo ao interior, mas gostaria de comunicá-los que infelizmente a Emater está acabando, pois não há previsão de contratação de técnicos. Eles estão em falta em todo o Estado de Minas Gerais. Também não há mais assistência na roça às famílias do pequeno produtor nem planejamento do desenvolvimento da agricultura familiar, mesmo existindo bons programas de recursos. Um deles é esse aqui: o programa de crédito fundiário. Tem recurso que não acaba mais no Banco do Brasil e, no caso do Norte de Minas, no Banco do Nordeste. Ora, tem muito recurso, o governo compra terra, mas não tem programa em Minas para garantir isso.



Percebe-se que aqui Secretário não cai; Secretário sai. Só Ministro que cai. Aqui em Minas tudo é bom, nada de ruim acontece. Quem estiver falando coisa errada de Minas Gerais é doido e não merece nas comissões da Assembleia sequer ter seus requerimentos aprovados. Nossos requerimentos são agora rejeitados em bloco. O requerimento é de um Deputado da Oposição? Então rejeita. Já tem uma tropa de choque determinada para rejeitar os nossos requerimentos, e não conseguimos mais discutir os assuntos. Desse jeito, qualquer dia fecharão a Assembleia Legislativa. O pior é que, infelizmente, o povo não vai sentir falta, afinal, nem podemos discutir os assuntos de Minas.

O governo vem aqui falar, mas, como não tem o que dizer, falam do governo da Dilma, do governo federal. Então a Assembleia Legislativa não tem mais serventia. Para que serve a Assembleia Legislativa, se não pode fiscalizar o Estado, e se os membros do governo não têm o que dizer, a não ser do projeto Minas sem Governo? Assim fica difícil a Assembleia Legislativa ter alguma serventia real.

Portanto, Sr. Presidente, não posso permitir que dentro das comissões nossos requerimentos sejam constantemente derrotados. A ordem é essa: derrotem os projetos da Oposição. Se tiver projeto do Deputado Pompílio Canavez ou dos Deputados Rogério Correia, Ulysses Gomes e André Quintão, eles deverão ser derrotados. Os nossos Presidentes de comissões estão incomodados porque não podem presidir as comissões. Tem sempre uma tropa de choque determinado o que vai ser ou não discutido. Qualquer dia sairemos das comissões ou então não iremos presidi-las mais. Depois reclamam que fazemos reuniões que não são daquela comissão, como aconteceu na de Direitos Humanos. A própria Deputada Liza Prado foi vítima disso. Ela foi retirada da comissão, por isso sou solidário a ela. Cada um tem de ter independência, voo próprio.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/03/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando, a partir de 23/3/2012, Ivonete Ferreira Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

nomeando Maria Elia Carvalho Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Marcos Paulo Morato Ferreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Fabiana Gonçalves Carone Assis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Liderança do PSD;

exonerando Jamila Ribeiro Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no CCM;

exonerando, a partir de 26/3/2012, Marcos Paulo Morato Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando, a partir de 26/3/2012, Maria Elia Carvalho Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Maria Berenice Pires de Lima para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no CCM;

nomeando Maria das Graças Vasconcelos Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Roberta Soares Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Tereza Cristina Silveira Leite Sezko para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, e do art. 7º, da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 26/3/2012, José Carlos Caldeira da Silva do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou o seguinte ato:

nomeando José Carlos Caldeira da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.